

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	5
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	17
INVESTIMENTOS	17
PROGRAMA DE DESINVESTIMENTO	18
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	19
GOVERNANÇA CORPORATIVA	20
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	20
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	21
RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
BALANÇO SOCIAL	29
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	29
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	31
BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	24
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	25
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	29
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	32
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	33
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	34
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	36
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	36
14. INVESTIMENTOS	42
15. IMOBILIZADO	58
16. INTANGÍVEIS	61
17. FORNECEDORES	62
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	62
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	63
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	69
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	69
22. PROVISÕES	75
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	82
24. RECEITA	85
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	87
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	90
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	91
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	94
29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	104
30. SEGUROS	106
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	107
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	108
PARECER DO CONSELHO FISCAL	120
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	121
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	122

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nossa mensagem do ano anterior nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluído o ano de 2017, entendemos ter boas notícias aos nossos acionistas e à sociedade dos importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R\$5,3 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Após mais de 20 anos ausente do mercado internacional de dívida, fizemos a captação de recursos no exterior de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) em bonds, com vencimento em 2024. Além disso, fizemos o reperfilamento de R\$0,7 bilhão da nossa dívida. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Adicionalmente, de forma a melhorar a nossa liquidez e redução do endividamento, anunciamos em junho de 2017 o nosso programa de desinvestimento, com priorização da alienação de ativos com maior liquidez, que não trazem retorno no curto prazo ou que não sejam estratégicos. Apesar das dificuldades e complexidades inerentes aos processos de alienação, estamos confiantes que as ações que estamos realizando trarão resultados positivos em 2018, o que permitirá a redução de forma mais acentuada e acelerada da alavancagem da Companhia.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão em 2017 de 249 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia.

Nosso lucro líquido foi de R\$428 milhões, valor 512,86% superior ao resultado obtido em 2016, de R\$70 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 40,68%, de R\$1.389 milhões em 2016 para R\$1.954 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da nossa lucratividade e geração de caixa representam uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos no ano anterior nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu a aprovação de um programa plurianual de investimentos para a Cemig GT, de R\$1,1 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos.

Em nosso negócio de geração de energia, ressalta-se a indenização superior a R\$1 bilhão prevista para os projetos básicos das usinas de São Simão e Miranda. Estamos em discussão com o Governo Federal dos critérios de mensuração dessa indenização em busca de uma justa indenização para os investimentos realizados pela Companhia.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig GT, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Empresa, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. A Cemig é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e tem posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de suas ações nesse sentido.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig GT nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos, presentes em dezenas de países e em todos os continentes.

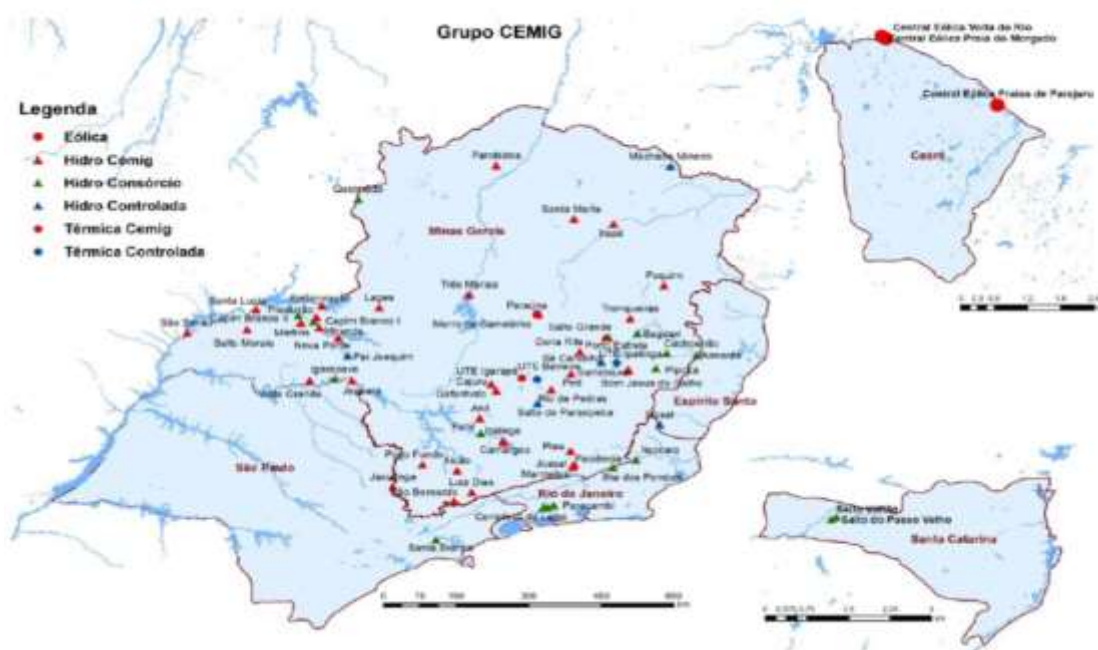
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão, incluindo as controladas em conjunto.



Transmissão

Em 2017, a Cemig GT operou e manteve 38 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão.

A controlada Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 11 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em

15 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 360 km de linhas de transmissão.

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis): Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig GT adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Apesar dos esforços envidados pela Cemig para a preservação da concessão das Usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, estas usinas foram leiloadas no Leilão de Geração nº 01/2017.

Para a transição dos ativos entre a Cemig e as concessionárias vencedoras do leilão, a Cemig realizou a operação assistida da Usina de Volta Grande até 30 de novembro de 2017 e das Usinas de Jaguará e Miranda até 28 de dezembro de 2017. A Cemig seguirá operando a Usina de São Simão até 09 de maio de 2018.

Já o reajuste anual da receita de geração para as usinas arrematadas no Leilão ANEEL 12/2015 é realizado de maneira similar ao reajuste da transmissão, sendo utilizado o IPCA como índice de correção da inflação.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

Em 2017 a hidrologia verificada nas bacias que compõem o sistema elétrico foi a pior dos últimos 5 anos, ficando em 76% da média histórica. Com destaque para a região Nordeste onde o verificado é o pior de todo o histórico com 29% da média. As baixas afluências, refletiram nos reservatórios do sistema que chegaram no final de setembro a 22,81% de armazenamento, 6% inferior ao armazenamento no mesmo mês de 2014.

Neste cenário de baixo armazenamento e pouca afluência, tivemos preços altos ao longo do ano fechando 2017 com um Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de R\$ 324,17/MWh. Outro fator impactado pela conjuntura do sistema foi o Generation Scaling Factor (GSF) que relaciona a geração hidráulica com a garantia física sazonalizada das usinas, em 2017 o GSF médio do sistema ficou em 0,81, o que leva aos agentes hidroelétricos a uma exposição de 19% de sua energia no mercado de curto prazo. Ao longo do ano houve momentos em que o GSF chegou a 0,6, menor valor verificado na história.

A CEMIG GT, antevendo esses efeitos em 2017 se planejou reservando energia para cobrir essa exposição ao risco hidrológico (GSF), reduzindo assim os efeitos da hidrologia ruim. As usinas de Irapé e Queimado tiveram o seu risco repactuado.

Transmissão

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

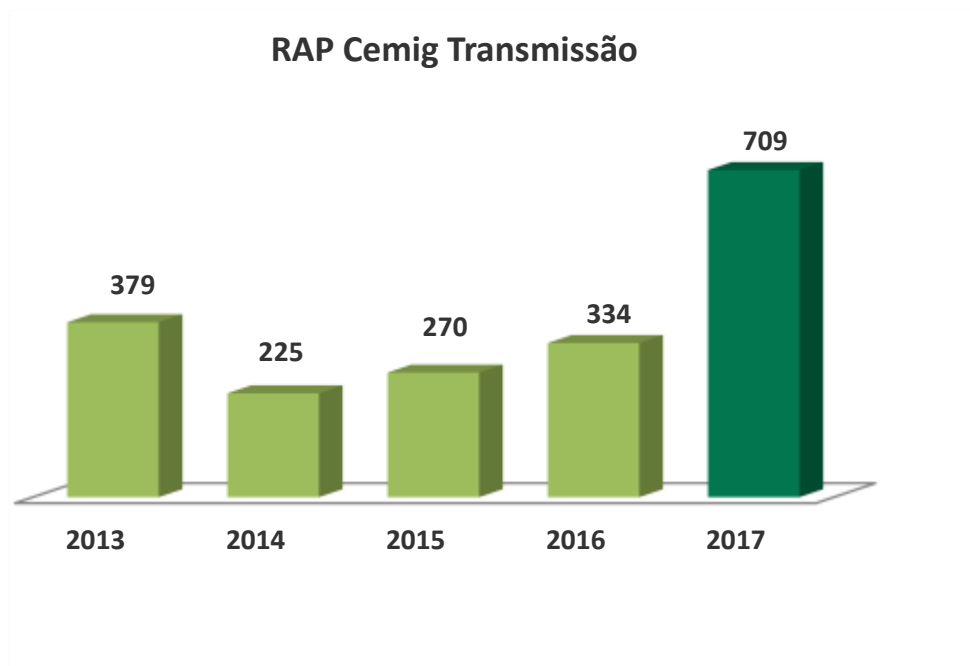
O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a Receita Anual Permitida (RAP) homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*.

Em julho de 2017, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 131,3%, em função da aplicação do IPCA sobre a receita já homologada, do reconhecimento dos novos reforços e melhorias e também da adição do custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME. Se desconsiderado o efeito do custo de capital não incorporado no valor da RAP, o reajuste seria de 6,5%.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

No caso da Cemig Itajubá (contrato 079/2000), o reajuste da RAP foi de - 41,2%. Este contrato de concessão prevê que durante os primeiros 15 anos a RAP será plana e os 15 anos subsequentes de operação, seu valor será reduzido à metade. Como neste reajuste todos os ativos atingiram 15 anos de vida útil (parte deles já haviam atingido os 15 anos de vida útil no ciclo anterior), a RAP sofreu uma redução próxima de 50%.

A Receita homologada para o ciclo 2017/18 das duas concessões soma R\$709 milhões, dos quais R\$371 milhões correspondem ao custo de capital não incorporado.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

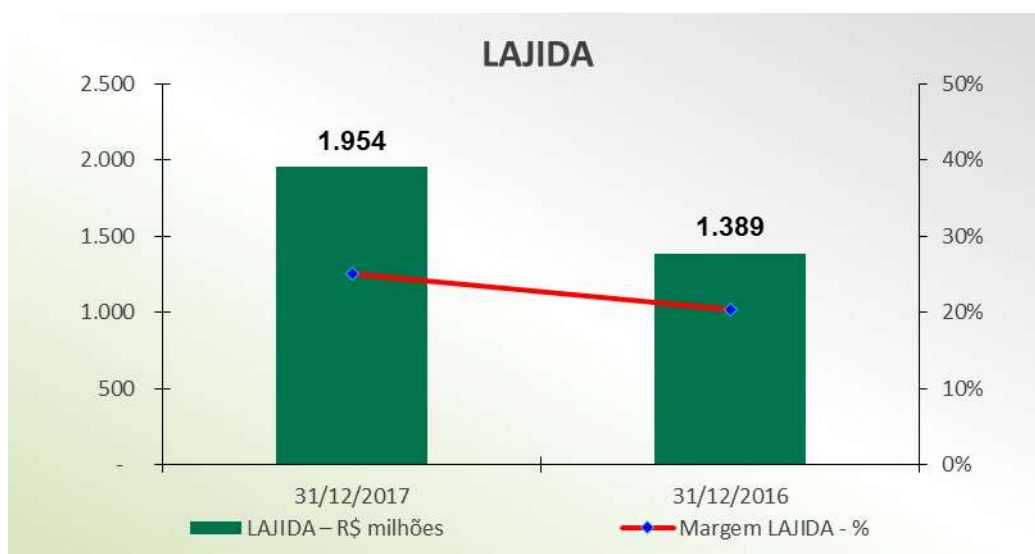
Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2017, um lucro líquido de R\$428 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$70 milhões no exercício de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um crescimento de 40,68% em 2017 na comparação com 2016, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Var %
Lucro líquido do exercício	428	70	511,43
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	420	(7)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	948	1.143	(17,06)
+ Amortização e Depreciação	158	183	(13,66)
= LAJIDA	1.954	1.389	40,68



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2017, em comparação com 2016 deve-se, principalmente, ao ajuste referente à desvalorização no investimento na Renova, registrado no ano anterior, no montante de R\$763 milhões. A margem do LAJIDA passou de 20,40% em 2016 para 25,09% em 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	31/12/2017			31/12/2016		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	14.486.304	3.358	231,81	15.494.833	3.468	223,83
Comercial	2.226.405	569	255,57	832.443	215	258,45
Subtotal	16.712.709	3.927	234,97	16.327.276	3.683	225,59
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	18	-	-	(37)	-
	16.712.709	3.945	-	16.327.276	3.646	-
Suprim. Outras Concessionárias	12.841.006	3.244	252,63	12.601.237	2.671	211,96
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(54)	-	-	259	-
	29.553.715	7.136	-	28.928.513	6.576	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.136 milhões em 2017 em comparação a R\$6.576 milhões em 2016, representando um crescimento de 8,52% decorrente, principalmente, do aumento de 2,16% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento de 4,17% e 19,18% do preço médio do MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$519 milhões em 2017 comparados a R\$410 milhões em 2016, representando crescimento de 26,59%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$651 milhões em 2017 comparados a R\$152 milhões em de 2016, representando um aumento de 328,29%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 244,28% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$324,17/MWh em 2017 e R\$94,16/MWh em 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$373 milhões em 2017, comparado a R\$751 milhões em 2016. Em 2016, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada naquele ano.

Merece destaque o valor adicional registrado em 2017, no montante de R\$149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias

anteriores. Mais informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

Em 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$272 milhões referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.552 milhões em 2017 comparados a R\$1.472 milhões em 2016, apresentando crescimento de 5,43%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$5.472 milhões em 2017 em comparação com R\$4.393 milhões em 2016, representando um aumento de 24,56%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.170 milhões em 2017 comparados a R\$3.052 milhões em 2016, representando um aumento de 36,63%. Esta variação decorre do aumento de 19,41% no volume de energia comprada em 2017 (22.690.422 MWh) comparado a 2016 (19.002.578 MWh), além do aumento de 14,43% no preço médio do MWh (R\$183,79 em 2017 e R\$160,62 em 2016).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$383 milhões em 2017 comparados a R\$379 milhões em 2016, representando um aumento de 1,06%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);

- reconhecimento, em 2017 e 2016, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$49 milhões e R\$23 milhões, respectivamente.
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 11,03% no número médio de empregados, sendo 1.460 em 2017 em comparação a 1.641 em 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 53,70%, sendo R\$25 milhões em 2017 em comparação a R\$54 milhões em 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$59 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$77 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$142 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$150 milhões em 2017 comparados a R\$98 milhões em 2016, crescimento de 53,06%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, em 2017 representou um montante de R\$115 milhões em comparação ao valor de R\$49 milhões em 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$519 milhões em 2017 na comparação com R\$448 milhões em 2016. As perdas referem-se principalmente as participações na Renova em 2017 de R\$390 milhões (R\$373 milhões em 2016) e na Madeira Energia de R\$204 milhões em 2017 (R\$135 milhões em 2016).

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$948 milhões em 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016, uma redução de 17,06%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$62 milhões em 2017 comparado a R\$81 milhões em 2016, redução de 23,46%. Esta variação decorre, principalmente, da menor variação do CDI (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016), principal indexador de remuneração das aplicações;
- Aumento da variação monetária de depósitos vinculados: R\$83 milhões em 2017 comparado a R\$11 milhões em 2016. Em 2017, a Companhia reconheceu uma receita de R\$82 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 18).
- Redução da despesa com variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$37 milhões em 2017 comparados a R\$76 milhões em 2016, redução de 51,32% em função, principalmente, da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 2,95% em 2017, em comparação à variação de 6,29% em 2016;
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$914 milhões em 2017, comparado a R\$1.128 milhões em 2016, um redução de 18,97%, decorrente, principalmente, da menor variação do indexador no ano (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016);
- Despesa de variação cambial de empréstimos e financiamentos: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa no montante de R\$57 milhões basicamente em função da captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds);
- Despesa de variação monetária de adiantamento de clientes de energia: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa de variação monetária no montante de R\$45 milhões referente aos contratos de antecipação de venda de energia firmados durante o exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2017 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$420 milhões em relação ao Resultado de R\$849 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 49,47% de alíquota efetiva. Em 2016, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Financeiras.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$403 milhões, em comparação com R\$428 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2017 totalizou R\$778 milhões e o caixa líquido consolidado consumido pelas atividades operacionais em 2016 totalizou R\$979 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao pagamento em 2016 da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2017 totalizou R\$373 milhões e o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$543 milhões. Essa variação deve-se, basicamente, ao resgate de títulos e valores mobiliários no montante de R\$1.453 milhões em 2016, utilizado, principalmente, para o pagamento da bonificação de outorga.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$430 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$3.473 milhões de empréstimos e pagamento de R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$3.198 milhões de empréstimos.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$580 milhões e foi composto pela captação de R\$3.382 milhões de empréstimos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia reduziu a sua dívida em 2017, comparativamente a 2016, evidenciando a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar os seus compromissos e amortizar o seu serviço de dívida.

Empresa	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Cemig GT	5.087.002	4.655.963	4.092.806	7.036.700	7.739.072	8.633.671	8.320.163

A empresa se manteve no firme propósito de alongar a dívida, cujos vencimentos se concentravam fortemente no curto prazo, refletindo o difícil acesso a fontes de recursos de mais longo prazo. O esforço conjunto de venda de ativos e redução do serviço da dívida no curto prazo era fundamental para o equilíbrio do fluxo de caixa e maximização do valor dos ativos da Cemig GT. A intenção da Companhia, anunciada ao mercado em 2017, de desinvestir em ativos que não faziam parte de seu negócio núcleo, que ainda não estavam gerando caixa na forma de dividendos ou, mesmo, que apresentavam a liquidez necessária para uma venda imediata, estava vinculada ao compromisso de desalavancagem.

No contexto do alongamento da dívida, a Cemig GT se preparou ao longo do ano para acessar o mercado internacional de dívida com uma emissão de eurobonds, no montante de US\$1 bilhão e prazo de sete anos. A emissão foi precificada em 30 de novembro de 2017 com um cupom de 9,25%a.a.. Os recursos foram utilizados, primordialmente, para o pagamento de dívidas de curto prazo, em especial aquelas que estavam alocadas no mercado de capitais local. Essa iniciativa contribuiu para a redução da exposição dos investidores institucionais locais ao risco Cemig, abrindo espaço para futuras emissões locais. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05 de dezembro de 2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de *hedge* para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de *Swap* dos juros mais *Call Spread* do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação).

Complementando o esforço de reperfilamento da dívida com a emissão de eurobonds, a Cemig GT realizou ao longo do ano uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019. Ao final de dezembro, a Cemig GT concluiu o reperfilamento de suas dívidas, através de aditivos a operações de crédito de R\$741 milhões. O reperfilamento da dívida teve um custo de 140% da variação do CDI. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

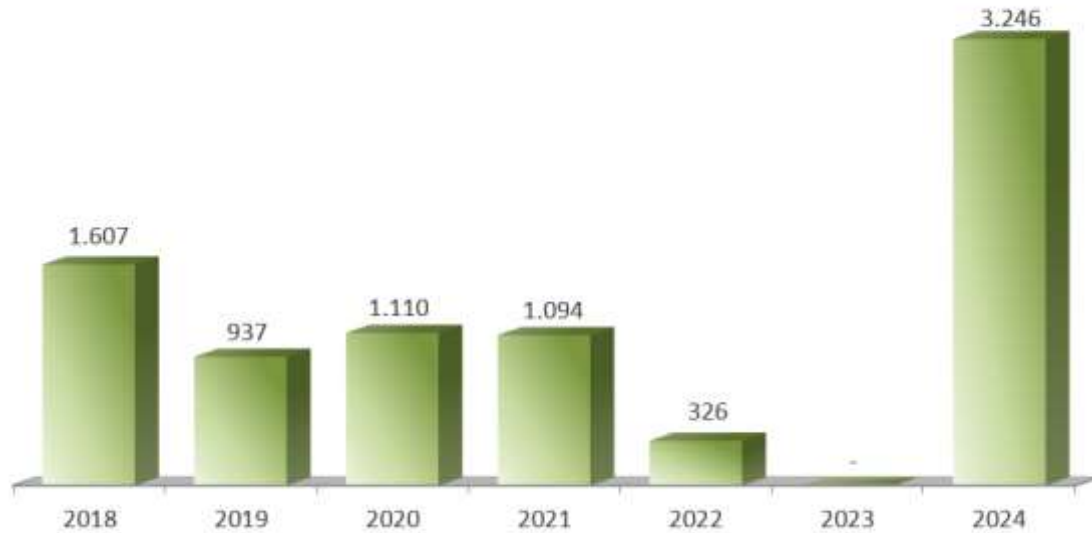
Tantos os eurobonds quanto os aditivos às operações bilaterais de empréstimo, todos objeto do reperfilamento da dívida, contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

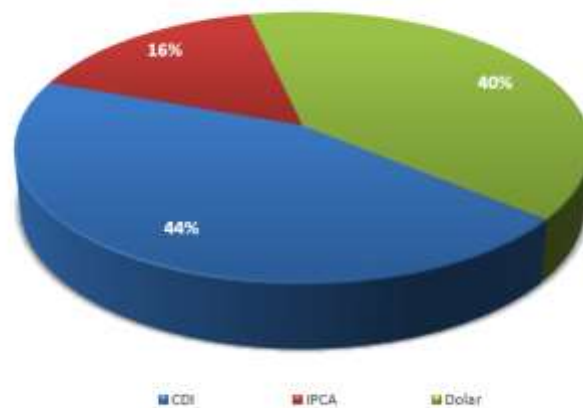
Somando-se os cerca de R\$3,2 bilhões captados no mercado internacional via emissão de Eurobonds e o reperfilamento das dívidas de R\$0,7 bilhão, a Companhia equilibrou o seu fluxo de caixa, ampliou significativamente o prazo médio de suas dívidas e aprimorou a sua qualidade de crédito.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2017 (R\$ milhões)**



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (a emissão de eurobonds da Cemig GT contou com proteção à variação cambial através de uma operação de hedge).



No ano de 2017, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig GT com base em suas percepções sobre o andamento dos planos de desinvestimentos e de reperfilamento da dívida. Questões como a significativa concentração de vencimentos de dívida para o fim de 2017, a retração da demanda

por eletricidade em virtude da recessão no Brasil e o término de algumas de suas concessões de geração, foram apontados como motivadores para certos rebaixamentos. Por outro lado, a diversificada e relevante base de ativos e investimentos, como forma de diluir o risco de negócios, bem como a posição de mercado ainda sólida foram vistos como mitigadores do risco.

Em maio, além de manter o rating BBB(bra) em escala nacional para a Cemig GT, a Fitch, pela primeira vez, atribuiu o rating em escala global (B+) para a Companhia. Porém, em novembro, rebaixou o rating da Cemig GT de BBB(bra) para BB-(bra) na classificação nacional e de B+ para B- na classificação global. Já a Moody's rebaixou, em junho, o rating da Companhia de Baa1.br para Ba1.br na classificação nacional e de B1 para B2 na classificação global, e, em outubro, rebaixou, novamente, o rating de Ba1.br para B2.br na classificação nacional e de B2 para B3 na classificação global.

A Companhia espera uma melhoria nos ratings da Companhia em 2018 em função das ações realizadas em 2017 para melhoria do perfil do endividamento.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2018, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2017, no montante de R\$428.459 e da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$13.712:

- R\$214.230, correspondentes a 50% do lucro líquido, sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$206.372 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros;
- R\$21.423 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$146 sejam destinados para constituição de Reserva de Incentivos Fiscais.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

Os principais investimentos realizados em 2017 referem-se principalmente aos aportes realizados na investida Guanhães, construção de PCH's, e na usina de Belo Monte, já em fase final de construção e necessitando de menores aportes em relação ao passado, no montante de R\$233 milhões.

Renova Energia S.A. - Renova:

Fundada em 2001, a Renova Energia S.A. – Renova é uma empresa focada em fontes renováveis de energia, a saber: parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas e usinas solares.

Nos últimos dois anos, diante de sua situação financeira delicada, a Renova baseou sua estratégia em 3 pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios. Atualmente, a Cemig GT detém diretamente 36,23% do capital total da Renova.

Em função do processo de reestruturação, foi realizada a venda de ativos em 2017 conforme segue:

- Complexo Eólico Alto Sertão II, com 386 MW de capacidade instalada e 181,6 MW médios, para a AES Tietê Energia S.A;
- 19.535.004 ações da TerraForm Global, para a Brookfield Asset Management, Inc, pelo valor de US\$ 4,75/ação;
- Projeto Umburanas I e II (226 MW médios) ,para a Engie Brasil Energia.

Investimentos em Transmissão

Em 2017 foi aprovado o plano plurianual de investimentos da Cemig GT, que prevê investimentos da ordem de R\$1.140 milhões no período de 2017 a 2025.

PROGRAMA DE DESINVESTIMENTO

Em decorrência do agravamento da situação econômica, a Cemig, controladora da Companhia, vem implementando um processo de venda de ativos, iniciado em 2016, que culminou com a divulgação, em 1º de junho de 2017, de seu Programa de Desinvestimentos, que visa restabelecer o seu equilíbrio financeiro, por meio da redução acelerada do seu endividamento líquido.

Os critérios levados em conta para priorização foram:

- a) ativos com maior liquidez;
- b) ativos que não trazem retorno de curto prazo; e
- c) ativos não estratégicos e ou com participações pouco relevantes.

Para tanto, foi selecionado um portfólio que atenda às necessidades de desalavancagem, considerando uma expectativa de sucesso de, no mínimo, 50% até o primeiro semestre de 2018, considerando que os processos de alienação estão sujeitos a restrições legais, societárias e regulatórias.

Em 2017, foram concluídas as seguintes operações de alienação de ativos:

Ativo	Adquirente	Data do Closing	Valor (R\$ MM)
Ações da TerraForm Global	Brookfield Asset Management	03/07/2017	352
Complexo Eólico Alto Sertão II	AES Tietê	03/08/2017	600
Complexo Eólico Umburanas	Engie Brasil Energias	24/11/2017	17
Transmineiras (Transleste, Transudeste, Transirapé)	TAESA	30/11/2017	80

A Cemig continua com o foco na implementação do seu programa de desinvestimentos em 2018 através de ações que impliquem na alienação de participações, com a entrada de recursos que contribuirão para reduzir a alavancagem da Companhia.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Procedemos, em 2017, a substituição dos nossos auditores. No exercício de 2016 nossos auditores foram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que permaneceram até o final da auditoria das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017, arquivadas na CVM em 15 de maio de 2017. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2017, nossos auditores passaram a ser a Ernst & Young Auditores Independentes S.S que são responsáveis pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2017	% em relação à auditoria	2016	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	991	100	450	100
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	56	6	17	4
Carta conforto para emissão de instrumentos de dívida	845	85	-	-
Total	1.892	191	467	104

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia e à elaboração de carta conforto para emissão de instrumento de dívida, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma

prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2017, foram realizadas 36 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2017 foram realizadas 16 reuniões do Conselho Fiscal.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2017, as áreas responsáveis pela Gestão de Riscos Corporativos e por Compliance na Cemig foram reorganizadas na Companhia e, junto com a área responsável pelo Planejamento Estratégico, hoje se subordinam à Superintendência de Planejamento e Gestão da Estratégia, Riscos e Compliance, ligadas diretamente a Presidência da Empresa.

A superintendência coordena o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos e é responsável por desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar.

Destaca-se, em 2017, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da matriz de riscos da Companhia, abrangendo os negócios Geração, Transmissão e Comercialização.

Política Antifraude

Em 2017, a Companhia revisou a Política Antifraude, explicitando a vedação de realizar doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições”.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e após a concluídas são disponibilizadas aos denunciantes.

O Canal de Denúncias da Cemig preserva 100% do anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

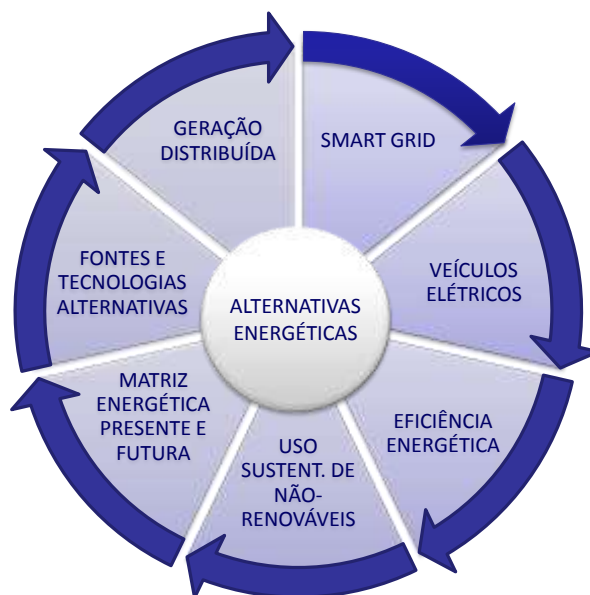
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Nos últimos 3 anos a Cemig investiu mais de 38 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem-sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

Alternativas energéticas

Na visão da Cemig, o termo “Alternativas Energéticas” abrange toda a cadeia energética, incluindo transporte, transformação, rotas tecnológicas, oferta e armazenamento, eficiência energética e uso final da energia. Por serem elementos integrantes e mutuamente dependentes na matriz energética, as alternativas energéticas se intercomunicam, conforme a figura seguinte.



Os impactos relativos às alternativas energéticas são essencialmente positivos ou têm intenções positivas, de acordo com as possibilidades elencadas abaixo:

- Redução do uso de combustíveis fósseis juntamente com a redução dos gases de efeito estufa;
- Minimização da carga sobre as fontes primárias e os recursos naturais com consequências diretas para as alterações climáticas decorrentes dos gases de efeito estufa;
- Desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis;
- Criação de configurações energéticas;
- Desenvolvimento local e regional.

Criação de competências científicas, técnicas e tecnológicas, sendo que os impactos diretos podem abranger a formação de recursos humanos juntamente com a publicação científica, o desenvolvimento de cadeias industriais com reflexos na produção industrial e de patentes. O conjunto destas atividades pode levar a reflexos econômicos;

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig GT é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Companhia.

Alguns projetos de destaque no ano de 2017 são:

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2017/2018 do AI6% envolveu a participação de 512 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$375 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 151 instituições. A Cemig GT também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A otimização de recursos, mesmo princípio que rege a sustentabilidade, foi o desafio para os projetos culturais, esportivos e de saúde durante o ano de 2017.

Além da crise financeira no País, a Empresa passou também por uma crise no setor com a perda de concessão de quatro importantes usinas para investidores estrangeiros.

Saúde:

A Cemig participou de dois Projetos do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde através do Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando duas entidades de no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna e da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis, ambos projetos tem como objetivo a ampliação da assistência, diagnóstico e tratamento oncológico a pacientes de câncer.

Esportes:

Em 2017, foram feitos investimentos em 28 projetos em todo o estado.

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

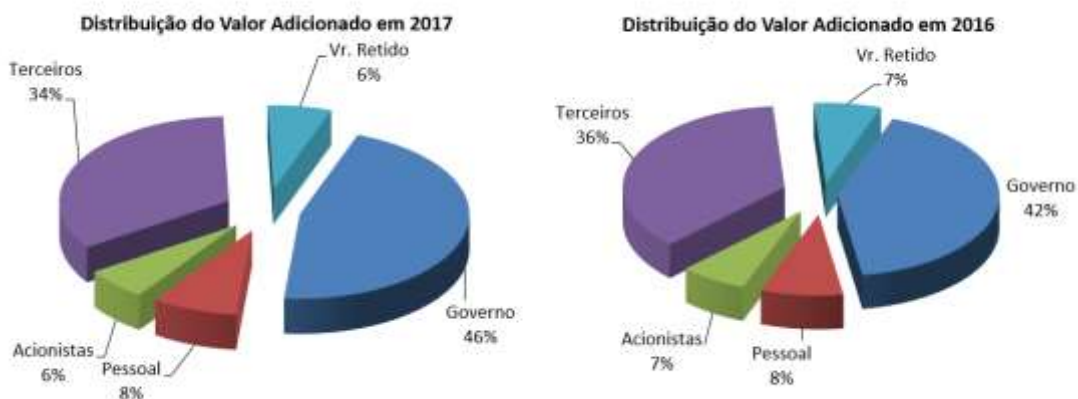
Para a Cemig, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

Cultura

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 250 projetos em 2017, quase o dobro de 2016, o que somente foi possível com o advento dos editais de cultura estadual, baseados em renúncia fiscal de ICMS que somaram cerca de metade do total investido. Os editais foram promovidos pela Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garantiu o alinhamento com as políticas públicas e assertividade dos projetos.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R\$3.516 milhões de valor adicionado em 2017 em comparação a R\$3.027 milhões em 2016.

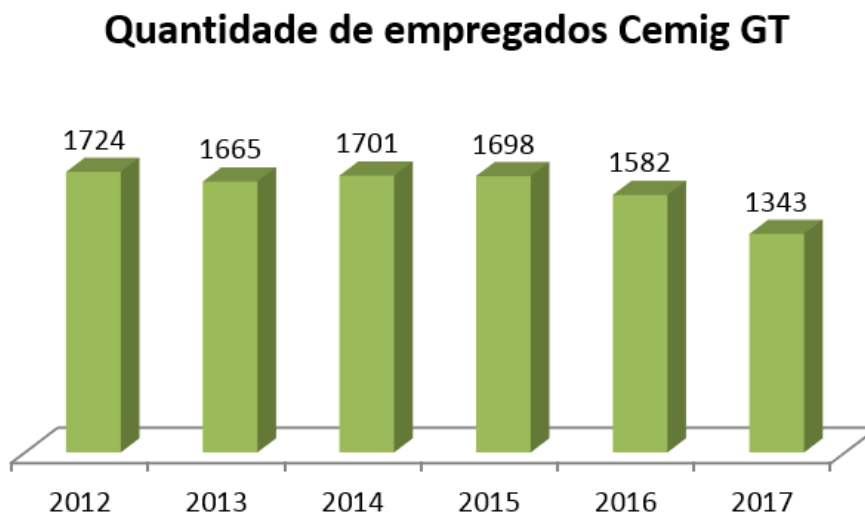


Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig GT segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2017 ocorreu uma redução significativa no quadro de empregados da Cemig, em decorrência do Programa de Desligamento Voluntário Programado – PDVP 2017, em continuidade à política de desligamento de empregados em plenas condições de aposentadoria. Nos últimos 5 anos, a quantidade de empregados passou de 1.665 em 2013 para 1.343 em 2017, conforme apresentado no gráfico a seguir:



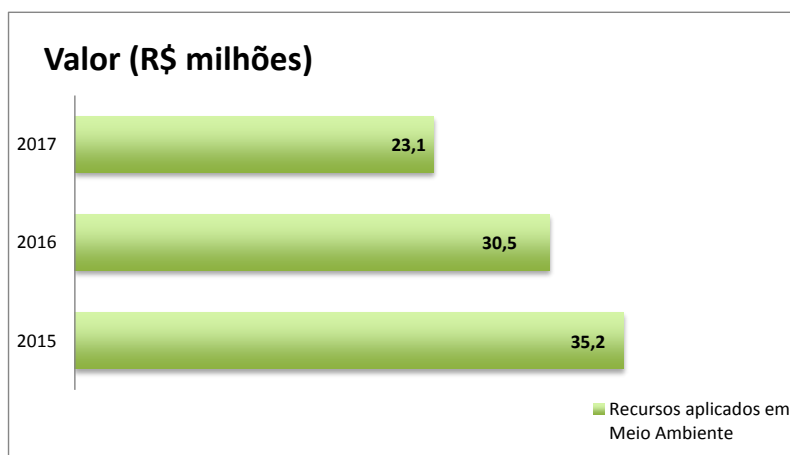
UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

A UniverCemig realizou, em 2017, 209.926 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig, com 10.788 participações e contabilizou 35,52 horas de treinamento por empregado. Para empregados de outras empresas foram 3.260 participações e 91.658 homens-hora de treinamento. O valor anual investido em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R\$3.726 por empregado próprio.

Meio Ambiente

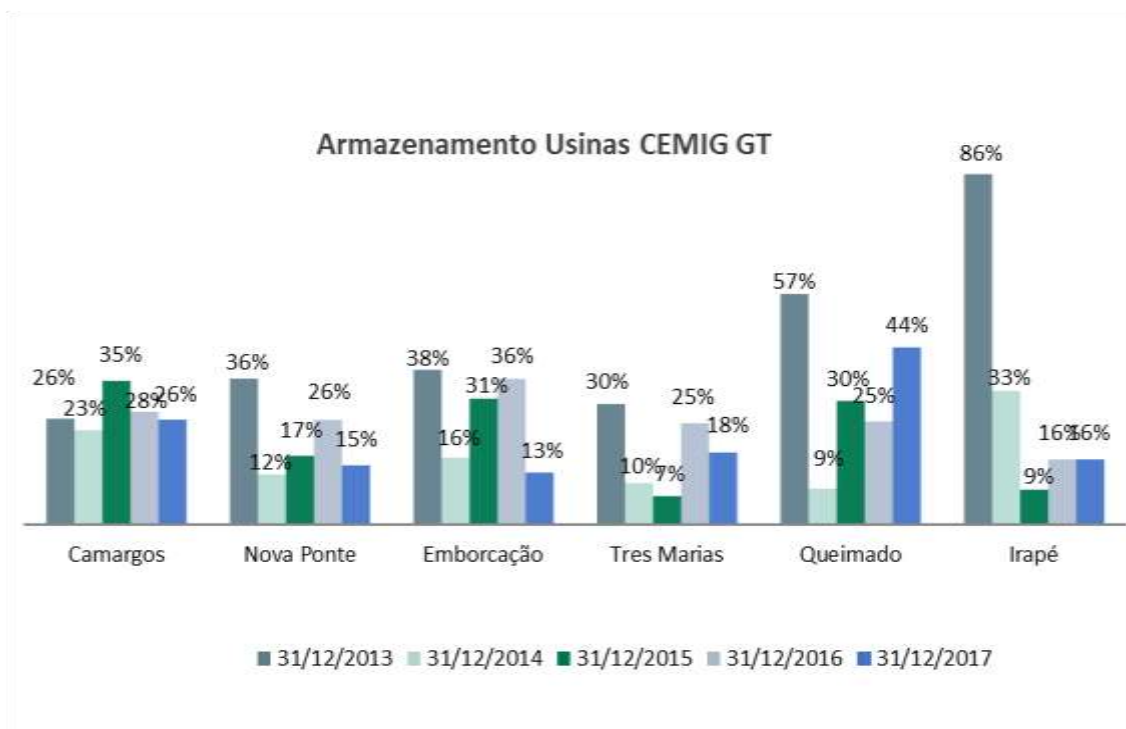
Em 2017, a Cemig GT totalizou cerca de R\$ 23,1 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Comitê de Adequação Socioambiental, dentro da Estratégia Ambiental da Cemig GT.



Recursos Hídricos

A Cemig GT possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig GT monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.



Segurança de Barragens

O processo que visa a garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig GT utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais.

Neste contexto são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, é estabelecida a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

Em 2017, a Cemig GT focou no estreitamento do relacionamento da Empresa com o público externo possivelmente envolvido em situações de emergência. No ano 2017, foram entregues oito planos externos para um total de 13 municípios. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, outros 92 municípios serão envolvidos nessa etapa de oficialização do processo de comunicação em emergência.

Programas para a Ictiofauna

As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; Pesquisa e Desenvolvimento, que ampliam o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporcionam subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Em 2017, foram investidos aproximadamente R\$4 milhões em projetos e ações voltadas para a conservação da ictiofauna, incluindo gastos com projetos de pesquisa, manutenção de estações de piscicultura, educação ambiental e eventos voltados para o relacionamento com a comunidade.

Em 2017, foram produzidos cerca de 260 mil alevinos totalizando, aproximadamente, sete toneladas, que foram soltos em 25 peixamentos, com a participação de 210 pessoas das comunidades locais, em 16 municípios.

Desde a criação do Programa Peixe Vivo, as medidas e ações estabelecidas pelo Programa e desenvolvidas em parceria com as instituições de pesquisa garantiram a redução de 71% das mortes de peixes, com consequente redução de multas ambientais em decorrência de acidentes e da interrupção das operações.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável. A Cemig GT possui 77% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 23% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig GT é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1) Base de Cálculo	2017 Controladora			2016 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			7.150.456			6.494.761
Resultado Operacional (RO)			1.690.396			1.201.699
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			364.628			305.046
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	20.599	5,65	0,29	20.940	6,86	0,32
Encargos sociais compulsórios	75.169	20,62	1,05	82.039	26,89	1,26
Previdência privada	22.133	6,07	0,31	23.859	7,82	0,37
Saúde	11.849	3,25	0,17	11.575	3,79	0,18
Segurança e medicina no trabalho	5.988	1,64	0,08	5.663	1,86	0,09
Educação	74	0,02	0,00	120	0,04	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.126	2,50	0,13	8.252	2,71	0,13
Creches ou auxílio-creche	732	0,20	0,01	617	0,20	0,01
Participação nos lucros ou resultados	984	0,27	0,01	855	0,28	0,01
Outros	3.785	1,04	0,05	3.464	1,14	0,05
Total - Indicadores Sociais Internos	150.439	41,26	2,10	157.384	51,59	2,42
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	64	0,00	0,00	24	0,00	0,00
Cultura	3.496	0,21	0,05	2.232	0,17	0,03
Outros Saúde e saneamento/ Esporte/Doações/Subvenções/Projeto ASIN	1.654	0,10	0,02	421	0,03	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	5.214	0,31	0,07	2.677	0,20	0,04
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.381.330	81,72	19,32	1.152.319	95,89	18,35
Total – Indicadores Sociais Externos	1.386.544	82,02	19,39	1.154.996	96,11	18,39
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	23.100	1,37	0,32	36.820	3,06	0,57
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	23.100	1,37	0,32	36.820	3,06	0,57
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			1.343			1.582
Nº de admissões durante o exercício			2			50
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			127			129
Nº de estagiários (as)			64			68
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			527			585
- 2º Grau			807			984
- 1º Grau			10			13
- Até 1º Grau incompleto			-			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			587			743
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			185			228
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			13,10			13,58
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			60			62
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			2,38			0,78
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			14			28

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017			Metas 2018		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	27,27			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	26			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() serão sugeridos	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() apoia	() apoia	(x) organiza e incentiva	() apoia	() apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2017: 3.516.251			Em 2016: 2.989.192		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	45,93% governo 6,09% acionistas	8,16% colaboradores(as) 33,73% terceiros 6,09% retido		39,97% governo 5,15% acionistas	9,59% colaboradores(as) 45,29% terceiros 0% retido	

7) Outras Informações	2017	2016
Investimentos em questões ambientais	R\$23,1 milhões	R\$30,5 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	42 reservatórios e 180 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos
Resíduos e materiais inservíveis	320,6 toneladas	320,6 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R\$201,4 mil	R\$201,4 mil

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2017 Controladora	2016 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	1.243	1.039
Número de empregados	1.343	1.582
Energia vendida por empregado - MWh	21.332	18.286
Mercado		
Geração própria - GWh	5.712	10.927
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	204,23	196,96
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	59	63
Capacidade Instalada (MW)	4.854	7.776
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	7.150	6.495
Margem operacional - %	23,64	18,51
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	1.849	1.384
Resultado - R\$ milhões	428	70
Resultado por ação	0,1479	0,0241
Patrimônio líquido - R\$ milhões	4.794	4.583
Valor patrimonial por ação	1,65	1,58
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	9,34	1,49
Endividamento do patrimônio líquido - %	257,13	253,87
Liquidez Corrente	0,76	0,37
Liquidez Geral	0,61	0,46

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Geber Soares de Oliveira
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Agostinho Faria Cardoso
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	Wieland Silberschneider
Marco Antonio de Rezende Teixeira	Antonio Carlos de Andrada Tovar
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Otávio Silva Camargo
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Vago
Carlos Eduardo Lessa Brandão	Vago
Daniel Alves Ferreira	Manoel Eduardo Lima Lopes
Arlindo Magno de Oliveira	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Hermes Jorge Chipp	Alexandre Silva Macedo

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arthur Maia Amaral	Marco Antônio Badaró Bianchini
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Vago	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor-Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente, interina e cumulativamente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretoria sem denominação específica
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor Jurídico
Thiago de Azevedo Camargo	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Daniel Faria Costa	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Dimas Costa	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	403.339	427.827	366.169	361.252
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	520.963	424.046	397.734	273.885
Consumidores e Revendedores	8	850.487	724.939	763.187	676.851
Concessionários - Transporte de Energia	8	89.153	36.690	89.249	36.690
Tributos Compensáveis	9	30.840	55.493	30.064	55.486
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10	138.435	176.464	138.435	176.464
Ativo Financeiro da Concessão	13	689.353	332.763	456.101	13.233
Créditos junto à Eletrobrás	20	-	48.379	-	48.379
Adiantamento a Fornecedores		98.914	1.059	69.914	1.059
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.681	16.618	16.681	16.618
Outros Créditos		135.907	105.893	139.237	138.858
TOTAL DO CIRCULANTE		2.974.072	2.350.171	2.466.771	1.798.775
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	14.659	13.038	11.191	8.268
Tributos Compensáveis	9	8.272	14.870	8.272	14.870
Depósitos Vinculados a Litígios	12	309.994	229.294	309.994	229.294
Valores a receber de Partes Relacionadas	27	351.709	74.630	357.549	74.630
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		35.060	46.305	35.060	46.305
Adiantamento a Fornecedores		5.084	229.053	2.061	229.053
Ativos de Concessões de Geração	4	-	206.566	-	206.566
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	8.649	-	8.649	-
Outros Créditos		59.886	67.384	59.875	67.332
Ativo Financeiro da Concessão	13	6.024.377	4.755.137	3.920.494	2.820.902
Investimentos	14	4.723.336	5.291.892	7.209.862	7.773.818
Imobilizado	15	2.162.890	3.170.152	2.155.847	3.168.380
Intangíveis	16	32.640	35.752	32.640	35.752
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.736.556	14.134.073	14.111.494	14.675.170
TOTAL DO ATIVO		16.710.628	16.484.244	16.578.265	16.473.945

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	153.991	1.410.782	153.991	1.410.782
Debêntures	19	1.453.430	1.845.411	1.456.365	1.853.013
Fornecedores	17	472.043	377.038	454.512	372.704
Imposto de Renda e Contribuição Social		99.832	6.072	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18	133.666	136.777	126.038	132.863
Encargos Regulatórios	20	151.532	69.955	149.698	67.377
Obrigações Pós-Emprego	21	52.395	45.377	52.395	45.377
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	23	564.230	605.000	564.230	605.000
Salários e Encargos Sociais		48.547	52.557	48.547	52.554
Adiantamento de Clientes	8	190.758	181.200	190.758	181.200
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	12.596	-	12.596	-
Outras Obrigações		59.230	95.731	54.734	94.429
TOTAL DO CIRCULANTE		3.392.250	4.825.900	3.263.864	4.815.229
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	3.977.975	752.930	3.977.975	752.930
Debêntures	19	2.734.767	4.624.548	2.734.767	4.626.860
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11a	416.446	286.174	416.305	285.529
Impostos, Taxas e Contribuições	18	3.830	101.233	3.830	101.233
Encargos Regulatórios	20	84.557	128.068	80.737	126.742
Obrigações Pós-Emprego	21	852.136	861.084	852.136	861.084
Provisões	22	96.310	105.296	96.294	105.296
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		28.515	-	28.515	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	28	311.593	196.173	311.593	196.173
Outras Obrigações		18.417	19.644	18.417	19.605
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.524.546	7.075.150	8.520.569	7.075.452
TOTAL DO PASSIVO		11.916.796	11.901.050	11.784.433	11.890.751
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.702.600	2.474.659	2.702.600	2.474.659
Ajustes de Avaliação Patrimonial		153.522	270.825	153.522	270.825
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	-	100.000	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.793.832	4.583.194	4.793.832	4.583.194
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.710.628	16.484.244	16.578.265	16.473.945

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA	24	7.786.741	6.808.975	7.150.456	6.494.761
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(350.191)	(317.994)	(314.899)	(296.951)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.169.830)	(3.052.167)	(4.109.536)	(3.052.165)
		<u>(4.520.021)</u>	<u>(3.370.161)</u>	<u>(4.424.435)</u>	<u>(3.349.116)</u>
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(307.611)	(322.128)	(289.091)	(317.341)
Matérias		(9.923)	(10.818)	(8.051)	(10.181)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(10.371)	(40)	(10.371)	(40)
Serviços de Terceiros		(80.105)	(100.907)	(63.611)	(94.023)
Depreciação e Amortização		(152.974)	(177.286)	(152.897)	(177.286)
Provisões Operacionais, líquidas		(8.462)	(42.728)	(8.446)	(42.728)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(24.827)	(53.824)	(24.827)	(53.824)
Outros Custos Operacionais		(35.772)	(7.774)	(32.111)	(7.725)
		<u>(630.045)</u>	<u>(715.505)</u>	<u>(589.405)</u>	<u>(703.148)</u>
CUSTO TOTAL		(5.150.066)	(4.085.666)	(5.013.840)	(4.052.264)
LUCRO BRUTO		2.636.675	2.723.309	2.136.616	2.442.497
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com vendas (recuperação)		(17.514)	135	(17.514)	135
Despesas Gerais e Administrativas		(173.222)	(141.374)	(173.222)	(141.374)
Outras Despesas Operacionais		(130.829)	(166.100)	(130.208)	(165.934)
		<u>(321.565)</u>	<u>(307.339)</u>	<u>(320.944)</u>	<u>(307.173)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(519.024)	(447.714)	(125.276)	(170.934)
Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	14	-	(762.691)	-	(762.691)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.796.086	1.205.565	1.690.396	1.201.699
Receitas Financeiras	26	216.535	181.518	190.608	171.338
Despesas Financeiras	26	(1.164.121)	(1.324.170)	(1.163.768)	(1.324.137)
Resultado antes dos Impostos		848.500	62.913	717.236	48.900
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11b	(253.842)	(37.551)	(122.074)	(24.183)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11b	(166.199)	44.506	(166.703)	45.151
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		428.459	69.868	428.459	69.868
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	23	0,1479	0,0241	0,1479	0,0241

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	428.459	69.868	428.459	69.868
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	(69.739)	(91.857)	(69.739)	(91.857)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	19.420	-	19.420
	<u>(69.739)</u>	<u>(72.437)</u>	<u>(69.739)</u>	<u>(72.437)</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para venda, líquida de impostos	(33.852)	(90)	(33.852)	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>324.868</u>	<u>(2.659)</u>	<u>324.868</u>	<u>(2.659)</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>324.868</u>	<u>(2.659)</u>	<u>324.868</u>	<u>(2.659)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.837.710	-	2.485.879	360.223	-	4.683.812
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	69.868	69.868
Outros resultados abrangentes						
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(91.857)	-	(91.857)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	19.330	-	19.330
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(72.527)	69.868	(2.659)
Parcela Dividendos Obrigatórios não Distribuída – Reversão de Provisão	-	-	202.041	-	-	202.041
Juros s/ Capital Próprio (R\$0,0287 p/ação)	-	-	-	-	(83.246)	(83.246)
Dividendos Estatutários (R\$0,748 p/ação)	-	-	(216.754)	-	-	(216.754)
Constituição de Reservas						
Reserva Legal	-	-	3.493	-	(3.493)	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(16.871)	16.871	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	428.459	428.459
Outros resultados abrangentes						
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(69.739)	-	(69.739)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(33.852)	-	(33.852)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(103.591)	428.459	324.868
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Dividendos Estatutários (R\$0,0740 p/ação)	-	-	-	-	(214.230)	(214.230)
Constituição de Reservas						
Reserva Legal	-	-	21.423	-	(21.423)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	206.372	-	(206.372)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	146	-	(146)	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(13.712)	13.712	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		428.459	69.868	428.459	69.868
Ajustes por:					
Depreciação e Amortização	25	158.226	182.785	158.150	182.785
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Ativos financeiros da concessão		26.796	12.130	26.796	12.130
Provisão para Perdas em Investimentos	14	-	762.691	-	762.691
Equivalência Patrimonial	14	519.024	447.714	125.276	170.934
Juros e Variações Monetárias		309.844	86.867	627.904	271.130
Amortização do custo de transação	19	28.684	44.709	28.684	44.709
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	420.041	(6.955)	288.777	(20.968)
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	13	(271.607)	-	(271.607)	-
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão	13	(74.627)	-	(74.627)	-
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	25	34.184	49.206	34.168	49.206
Provisão para perdas em instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	32.462	-	32.462	-
Provisão para perdas em instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	115.420	48.559	115.420	48.559
Obrigações Pós-Emprego	21	(43.754)	100.252	(43.754)	100.252
		1.683.152	1.797.826	1.476.108	1.691.296
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(143.062)	245.275	(103.850)	293.363
Tributos Compensáveis		31.251	(5.064)	32.020	(5.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(13.585)	(99.435)	(13.585)	(99.435)
Transporte de Energia		(52.463)	1.252	(52.559)	1.252
Depósitos Judiciais		2.140	2.718	2.140	2.718
Dividendos Recebidos		165.457	126.543	554.605	169.613
Ativo Financeiro		398.220	(1.940.907)	164.709	(2.126.432)
Adiantamento a Fornecedores		(96.064)	(118.824)	(65.220)	(118.824)
Outros		72.756	60.196	96.510	49.956
		364.650	(1.728.246)	614.770	(1.832.846)
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		95.005	45.215	81.808	40.881
Impostos, Taxas e Contribuições		(95.948)	2.907	(99.662)	(1.007)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.974)	111.882	-	113.750
Salários e Contribuições Sociais		(4.010)	2.008	(4.007)	2.005
Encargos Regulatórios		38.066	52.004	36.316	48.100
Obrigações Pós-Emprego		(63.843)	(54.438)	(63.843)	(54.438)
Adiantamento de Clientes		(34.955)	181.200	(34.955)	181.200
Outros		8.364	(130.090)	5.209	(131.431)
		(63.295)	210.688	(79.134)	199.060
Caixa Gerado nas Operações		1.984.507	280.268	2.011.744	57.510
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(126.494)	(143.361)	(94.460)	(137.933)
Juros Pagos	19	(1.080.075)	(1.116.060)	(1.080.075)	(1.116.060)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		777.938	(979.153)	837.209	(1.196.483)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em Investimentos - Aporte	14b	(254.231)	(856.131)	(254.231)	(871.993)
No Imobilizado	15	(32.591)	(48.934)	(27.244)	(47.162)
No Intangível	16	(1.858)	(4.394)	(1.858)	(4.394)
Em Títulos e Valores Mobiliários		(83.841)	1.452.618	(119.054)	1.617.463
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(372.521)	543.159	(402.387)	693.914

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos Obtidos	19	3.198.320	3.382.451	3.198.320	3.382.451
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos		(255.000)	(211.096)	(255.000)	(211.096)
Pagamentos de Empréstimos	19	(3.473.225)	(2.591.237)	(3.473.225)	(2.591.237)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23	100.000	-	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(429.905)	580.118	(429.905)	580.118
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	427.827	283.703	361.252	283.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	403.339	427.827	366.169	361.252

Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	8.351.996	7.176.190	7.923.921	7.023.404
Receita de Construção	24.827	53.824	24.827	53.824
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	316.881	299.537	-	115.274
Investimentos em Imobilizado	29.441	38.603	29.441	38.603
Receita de Indenização da Transmissão	373.217	751.101	373.217	751.101
Receita de Indenização de Geração	271.607	-	271.607	-
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.514)	134	(17.514)	134
Outras receitas	-	1.236	-	1.237
	9.350.455	8.320.625	8.605.499	7.983.577
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.539.084)	(3.348.145)	(4.474.032)	(3.348.142)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(382.206)	(347.389)	(344.159)	(326.348)
Serviços de Terceiros	(158.145)	(137.120)	(141.642)	(130.236)
Materiais	(63.367)	(104.714)	(61.495)	(104.078)
Concessão Onerosa	(3.087)	(2.889)	(3.087)	(2.889)
Outros Custos Operacionais	(227.601)	(141.741)	(224.162)	(141.576)
	(5.373.490)	(4.081.998)	(5.248.577)	(4.053.269)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.976.965	4.238.627	3.356.922	3.930.308
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(158.226)	(182.785)	(158.150)	(182.785)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.818.739	4.055.842	3.198.772	3.747.523
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(519.024)	(447.714)	(125.276)	(170.934)
Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	-	(762.691)	-	(762.691)
Receitas Financeiras	216.535	181.518	190.608	171.338
	(302.489)	(1.028.887)	65.332	(762.287)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.516.250	3.026.955	3.264.104	2.985.236
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	286.829	8,16	414.232	13,69
Remuneração direta	245.639	6,98	256.038	8,46
Benefícios (recuperação de despesa)	(23.730)	(0,67)	114.021	3,77
FGTS	15.437	0,44	20.848	0,69
Programas de Desligamento de Empregados	49.483	1,41	23.325	0,77
Impostos, Taxas e Contribuições	1.614.926	45,93	1.189.205	39,28
Federais	994.251	28,28	633.310	20,92
Estaduais	617.362	17,56	553.378	18,28
Municipais	3.313	0,09	2.517	0,08
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.186.036	33,73	1.353.650	44,72
Juros	1.164.121	33,11	1.324.170	43,75
Aluguéis	21.915	0,62	29.480	0,97
Remuneração de Capitais Próprios	428.459	12,18	69.868	2,31
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	69.868	2,31
Dividendos	214.230	6,09	-	-
Lucros Retidos	214.229	6,09	-	-
	3.516.250	100,00	3.026.955	100,00
	3.264.104	100,00	2.985.236	100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R\$418 milhões (R\$2.476 milhões em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$1.607 milhões e R\$6.713 milhões, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$778 milhões em 2017 (negativo de R\$979 milhões em 2016).

Com relação à gestão da dívida, em 2017 foi realizada a captação de recursos no exterior de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) em Eurobonds, com vencimento em 2024. Além disso, fizemos o reperfilamento de R\$741 milhões da nossa dívida. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em conjunto e Coligada (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro;

- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.
- Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”) (Controlada em conjunto) Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A, que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9%, na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
- Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) (Controlada em conjunto) - sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física.
- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como

concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física.
 - Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física.
 - Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física.
- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física.
- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física.
 - Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“UHE Itaocara”) – sociedade anônima, (controlada em conjunto) o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão para o início da geração comercial é maio de 2018;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos.

Mais detalhes ver nota explicativa nº 14.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia optou por apresentar as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste Para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizado;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Vidas úteis de ativos;

- Nota 21 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 – Instrumentos financeiros; e
- Nota 29 – Mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Revisão de Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2017:

Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture* – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

A Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em função da adoção desse pronunciamento.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao

custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas avaliaram os potenciais efeitos da adoção dos novos critérios previstos na IFRS 9/CPC 48 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à redução ao valor recuperável do seu contas a receber de clientes.

Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas têm a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo. Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia e suas controladas concluíram que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas adotaram, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos, e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base os últimos 12 meses de faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

A Companhia e suas controladas estimam que a adoção do pronunciamento não terá impacto material nas perdas esperadas por créditos de liquidação duvidosa do seu contas a receber de clientes.

IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base na aplicação retrospectiva modificada, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A expectativa da Companhia e de suas controladas é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho de despesa operacional para uma conta redutora da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A seguir serão detalhadas as análises das linhas de receita de contratos com clientes:

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia e suas controladas devem reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a

intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia e suas controladas devem avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

b) *Outras Receitas Operacionais*

Prestação de serviço:

Entendemos que a prestação de serviços está ligada ao fornecimento de energia estipulado no contrato e a obrigação de desempenho é a energia fornecida.

c) *Demais receitas*

Para as demais receitas da Companhia e de suas controladas, relacionadas principalmente a Transações com energia na CCEE, receita de transmissão, receita de construção e receita de indenização, a Companhia avaliou os principais efeitos da aplicação da nova norma e a conclusão é que não há impactos nas demonstrações financeiras.

d) *Exigências de apresentação e divulgação*

As exigências de apresentação representam uma mudança com relação à prática em vigor e aumentam o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15/CPC 47 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas, mesmo que as diferenças da norma não sejam significativas.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 (R2)– Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessa nova norma sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da Concessão e valores a receber de partes relacionadas. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap) – A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2017.

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O ajuste para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada identificado no processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de transmissão – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a Companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao Lucro líquido do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos. A parcela remanescente será recebida através da RAP.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida através de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em

função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

f) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

h) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são

fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

k) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível e Imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Sociedades Controladas	31/12/2017	31/12/2016
	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Baguari	100,00	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	100,00	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo as participações em consórcio e as controladas integrais, detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia e suas controladas vendem energia elétrica através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao

distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Conforme o Contrato de Concessão 007/1997, as concessões das usinas hidrelétricas Jaguará (“Usina Jaguará”), São Simão (“Usina São Simão”), Miranda (“Usina Miranda”) e Volta Grande (“Usina Volta Grande”) venceram em agosto de 2013, janeiro de 2015, dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente.

Por entender que tinha direito à renovação das concessões de Jaguará, São Simão e Miranda, com base nos termos originais do Contrato de Concessão, a Companhia ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das mesmas. Entretanto, estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.

Como parte da discussão judicial, em março de 2017 foram revogadas as liminares que mantinham a Companhia na titularidade da concessão das usinas Jaguará e Miranda sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/1997. A Companhia permaneceu com o controle do ativo e reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais dessas usinas até a data de revogação das liminares. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação dessas usinas e passou a reconhecer as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de cotas previsto na Lei nº 12.783/13. Conforme determinado pela Portaria nº 432/2015 do MME, a Usina São Simão estava sendo operada sob regime de cotas desde setembro de 2015.

Apesar da existência de discussões judiciais envolvendo as usinas São Simão, Jaguará e Miranda, em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R\$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Os novos Contratos de Concessão foram firmados em 10 de novembro de 2017, ocasião em que também foi formalizada a extensão dos períodos de Operação Assistida, mantendo a Companhia como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas até as seguintes datas:

- Usina Volta Grande: até 30 de novembro de 2017;
- Usina Jaguará e Usina Miranda: até 28 de dezembro de 2017;
- Usina São Simão: até 09 de maio de 2018.

A Receita Anual de Geração (RAG) dessas usinas foi reconhecida no montante de R\$461.638 no ano de 2017 (R\$319.265 em 2016).

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor original total da indenização era de R\$1.027.751, sendo R\$243.599 destinados à indenização da usina São Simão e R\$784.152 destinados à indenização da usina Miranda, valores referentes a setembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Os valores estão sendo atualizados, *pro rata die*, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, sendo reconhecidas receitas de atualização no montante de R\$271.607 (mais detalhes nas notas explicativas nº 13 e 24). Em 31 de dezembro de 2017, essas indenizações atualizadas correspondem ao montante de R\$1.084.346 e estão registradas na rubrica de Ativo Financeiro da Concessão.

A Companhia está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada Portaria estabelece que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes

são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as concessões de transmissão, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2017	Valor Presente em 2017	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	32.574	13.966	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.198	3.844	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	77	73	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	588	499	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.237	2.692	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2017, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2017	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.905	1.792	1.901
Queimado (Consórcio)	82,50	544	515	547
PCH Salto Morais	100,00	30	29	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	422

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas pela Companhia para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (UHE's e PCH's), representam as taxas médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.877.753	2.832.875	16.710.628
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.723.336	-	4.723.336
ADIÇÕES AO SEGMENTO	288.680	-	288.680
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	24.827	24.827
RECEITA LÍQUIDA	7.009.781	776.960	7.786.741
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.169.830)	-	(4.169.830)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(350.191)	-	(350.191)
	(4.520.021)	-	(4.520.021)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(276.863)	(106.285)	(383.148)
Participação dos Empregados no Resultado	(925)	(59)	(984)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	39.235	19.316	58.551
Materiais	(10.270)	(3.595)	(13.865)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(10.371)	-	(10.371)
Serviços de Terceiros	(111.292)	(31.471)	(142.763)
Depreciação e Amortização	(158.226)	-	(158.226)
Provisões	(139.528)	(10.076)	(149.604)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(24.827)	(24.827)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(115.661)	(10.712)	(126.373)
	(783.901)	(167.709)	(951.610)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(5.303.922)	(167.709)	(5.471.631)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(519.024)	-	(519.024)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.186.835	609.251	1.796.086
Receitas Financeiras	207.567	8.968	216.535
Despesas Financeiras	(1.160.678)	(3.443)	(1.164.121)
Resultado antes do IR e CSLL	233.724	614.776	848.500
Imposto de Renda e Contribuição Social	(231.210)	(188.831)	(420.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.514	425.945	428.459

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.886.675	2.597.569	16.484.244
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.301.639	-	5.301.639
ADIÇÕES AO SEGMENTO	909.459	-	909.459
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	2.216.888	53.823	2.270.711
RECEITA LÍQUIDA	5.696.122	1.112.853	6.808.975
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.052.167)	-	(3.052.167)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(317.658)	(336)	(317.994)
	(3.369.825)	(336)	(3.370.161)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(267.980)	(111.070)	(379.050)
Participação dos Empregados no Resultado	(647)	(208)	(855)
Obrigações Pós Emprego	(54.387)	(22.647)	(77.034)
Materiais	(10.329)	(2.845)	(13.174)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(40)	-	(40)
Serviços de Terceiros	(110.196)	(30.354)	(140.550)
Depreciação e Amortização	(182.785)	-	(182.785)
Provisões	(87.792)	(9.973)	(97.765)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(53.824)	(53.824)
Outros Custos e Despesas Operacionais	(64.817)	(12.950)	(77.767)
	(778.973)	(243.871)	(1.022.844)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(4.148.798)	(244.207)	(4.393.005)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)	-	(447.714)
Ajuste para Perdas por desvalorização em Investimentos	(762.691)	-	(762.691)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	421.777	910.608	1.332.385
Receitas Financeiras	174.636	6.882	181.518
Despesas Financeiras	(1.320.175)	(3.995)	(1.324.170)
Resultado antes do IR e CSLL	(808.620)	871.533	62.913
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.195	4.760	6.955
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(806.425)	876.293	69.868

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	4.700	2.862	2.077	2.811
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	282.675	269.538	274.542	259.869
Overnight	111.657	155.427	85.243	98.572
Outros	4.307	-	4.307	-
	398.639	424.965	364.092	358.441
	403.339	427.827	366.169	361.252

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 85% a 106% conforme operação (75% a 106% em 2016).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,89% em 31 de dezembro de 2017 (13,64% em 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	1.214	26.967	927	21.931
Letras Financeiras – Bancos	149.459	311.814	114.102	197.752
Letras Financeiras do Tesouro	364.561	81.063	278.319	51.410
Debêntures	20.334	16.892	15.524	10.713
Outros	54	348	53	347
	535.622	437.084	408.925	282.153
Ativo Circulante	520.963	424.046	397.734	273.885
Ativo Não Circulante	14.659	13.038	11.191	8.268

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,25% a 105,25% (100,5% a 111% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102,10% a 112% do CDI (104,25% a 112,7% em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
	Faturado	Não Faturado			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Industrial	13.659	256.602	24.916	36.260	331.437	337.693	286.360	337.693
Comércio, Serviços e Outras	8.379	29.873	250	87	38.589	25.317	38.589	25.317
Suprimento a Outras								
Concessionárias	-	287.897	16.992	3.700	308.589	365.467	273.526	317.379
Concessionários – Transp. de Energia	2.090	78.295	836	7.932	89.153	36.690	89.249	36.690
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	75.180	-	118.147	168	193.495	571	186.335	571
Perdas estimadas para Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	-	(21.623)	(21.623)	(4.109)	(21.623)	(4.109)
	99.308	652.667	161.141	26.524	939.640	761.629	852.436	713.541
Ativo Circulante					939.640	761.629	852.436	713.541
Consumidores e Revendedores					850.487	724.939	763.187	676.851
Concessionários – Transp. Energia					89.153	36.690	89.249	36.690

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.244
Reversões de perdas	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109
Constituição de Provisão	17.514
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623

Adiantamento de Clientes

A Cemig GT recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		181.200
Adição		282.602
Realização		(317.557)
Atualização Financeira		44.513
Saldo em 31 de dezembro de 2017		190.758

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

31/12/2017					
Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
BTG Pactual	jan/2018	1,57% a.m.	137.461	17.287	181.200
BTG Pactual	jan/2018	1,2%a.m.	171.864	25.633	-
Deal Comercializadora	jan/2018	1,2% a.m.	5.208	772	-
White Martins Gases Industriais Ltda	fev/2018 a mar/2019	124% do CDI	333.887	147.066	-
				190.758	181.200

A receita de venda de energia antecipada somente será reconhecida no resultado quando ocorrer a sua efetiva entrega.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	6.644	43.575	5.868	43.569
COFINS	2.400	3.356	2.400	3.356
PASEP	488	695	488	695
Outros	21.308	7.867	21.308	7.866
	30.840	55.493	30.064	55.486
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	7.731	13.869	7.731	13.869
COFINS	451	829	451	829
PASEP	90	172	90	172
	8.272	14.870	8.272	14.870
	39.112	70.363	38.336	70.356

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2018.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	85.093	118.500	85.093	118.500
Contribuição Social	53.342	57.964	53.342	57.964
	138.435	176.464	138.435	176.464

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	252.231	247.771	252.231	247.771
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.352	1.397	7.352	1.397
Provisões para contingências	32.740	35.801	32.740	35.801
Outras provisões	366.304	326.013	366.304	326.013
Tributos com Exigibilidade Suspensa	-	25.308	-	25.308
Concessão Onerosa	8.227	8.262	8.227	8.262
Ajuste a Valor Justo Swap - Perda	11.037	-	11.037	-
Outros	2.235	1.734	2.235	1.734
	680.126	646.286	680.126	646.286
PASSIVO				
Custo Atribuído	(236.262)	(245.214)	(236.262)	(245.214)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(675.533)	(516.895)	(675.533)	(516.895)
Custo Aquisição Participações Societárias	(136.967)	(145.572)	(136.967)	(145.572)
Atualização de Depósitos Judiciais	(28.007)	-	(28.007)	-
Outros	(19.803)	(24.779)	(19.662)	(24.134)
	(1.096.572)	(932.460)	(1.096.431)	(931.815)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(416.446)	(286.174)	(416.305)	(285.529)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos Alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	35.927	35.927
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(166.199)	(166.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(378.000)
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	(378.000)	-
Efeitos Alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	47.320	47.320
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	44.506	45.151
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2018, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2018.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

2018	109.433
2019	109.091
2020	109.091
2021	109.091
2022	109.091
2023	27.812
2024	27.812
2025	26.235
2026	26.235
2027	26.235
	680.126

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Antes dos Impostos	848.500	62.913	717.236	48.900
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(288.489)	(21.390)	(243.860)	(16.626)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	-	102.000	-	102.000
Incentivos Fiscais	8.086	477	5.284	477
Resultado de Equivalência Patrimonial	(190.089)	(143.618)	(56.215)	(49.512)
Ganho na Diluição de Participação Societária	7.686	-	7.686	-
Multas Indedutíveis	(408)	(574)	(403)	(574)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.882)	(522)	(1.108)	(522)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	45.063	84.857	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(584)	-	(584)
Outros	(8)	(13.691)	(161)	(13.691)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(420.041)	6.955	(288.777)	20.968
Imposto Corrente	(253.842)	(37.551)	(122.074)	(24.183)
Imposto Diferido	(166.199)	44.506	(166.703)	45.151
	(420.041)	6.955	(288.777)	20.968
Alíquota Efetiva	49,50%	11,05%	40,26%	42,88%

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	29.676	28.476	29.676	28.476
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	14.908	14.099	14.908	14.099
PASEP/COFINS (1)	183.606	101.233	183.606	101.233
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	63.027	60.126	63.027	60.126
IPTU	6.497	6.089	6.497	6.089
Outros	4.186	8.378	4.186	8.378
	272.224	189.925	272.224	189.925
Outros				
Bloqueio Judicial	521	120	521	120
Regulatórios	3.308	3.213	3.308	3.213
Outros	4.265	7.560	4.265	7.560
	8.094	10.893	8.094	10.893
	309.994	229.294	309.994	229.294

- (1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS. Vide detalhes na nota explicativa nº 18.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do Anuênio).

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Transmissão - Indenização a Receber	1.928.038	1.805.230	1.928.038	1.805.230
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	547.800	482.281	547.800	482.281
Geração – indenização a receber	1.900.757	546.624	1.900.757	546.624
Geração – Bonificação de outorga	2.337.135	2.253.765	-	-
	6.713.730	5.087.900	4.376.595	2.834.135
Circulante	689.353	332.763	456.101	13.233
Não Circulante	6.024.377	4.755.137	3.920.494	2.820.902

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	546.424	1.501.441	2.047.865
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	546.424	1.501.441	2.047.865	-	-	-
Adição	534	53.823	54.357	534	53.823	54.357
Adição - Bonificação Outorga	2.216.353	-	2.216.353	2.216.353	-	2.216.353
Atualização Financeira	351.733	751.101	1.102.834	167.470	751.101	918.571
Recebimentos	(314.321)	(15.482)	(329.803)	(128.796)	(15.482)	(144.278)
Baixas	-	(2.943)	(2.943)	-	(2.943)	(2.943)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	(334)	(429)	(763)	(334)	(429)	(763)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	-	-	(2.255.027)	-	(2.255.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.389	2.287.511	5.087.900	546.624	2.287.511	2.834.135
Adição	-	24.827	24.827	-	24.827	24.827
Atualização Financeira	316.881	223.962	540.843	-	223.962	223.962
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	54.358	54.358	-	54.358	54.358
Recebimentos	(233.511)	(264.164)	(497.675)	-	(264.164)	(264.164)
Baixas	-	(1.741)	(1.741)	-	(1.741)	(1.741)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	1.830	1.830	-	1.830	1.830
Transferência Usinas não renovadas	1.082.526	-	1.082.526	1.082.526	-	1.082.526
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão (Nota 24)	-	149.255	149.255	-	149.255	149.255
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria 291) – incluindo atualização financeira	271.607	-	271.607	271.607	-	271.607
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi

registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$1.928.038, corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$992.802 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP (mais detalhes na nota explicativa nº 24 (f)).

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2017.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da Companhia, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a

inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$74.627.

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$544.471, foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão, cuja movimentação é apresentada a seguir:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº 2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº 120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 12/2016	913.180
Saldo em 31/12/2016	1.805.230
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Atualização Portaria MME nº 120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2017 a 06/2017	120.600
Atualização Financeira	103.362
Recebimentos	(250.409)
Total em 31/12/2017	1.928.038

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$547.800.

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.411 em 31 de dezembro de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		3.601,70	204.041	816.411

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas de Miranda e São Simão

Os valores do Projeto Básico das usinas foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente, em conformidade aos termos da Portaria nº 291, de 03 de agosto de 2017, do Ministério das Minas e Energia, conforme demonstrado a seguir:

Usinas	Término da concessão	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/2017	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017 (A)	Ajuste ¹ (B)	Valores Portaria MME (A) + (B)	Atualização (C)	Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12//17 (A) + (B) + (C)
Miranda	dez/16	750.844	632.541	609.995	174.157	784.152	25.373	809.525
São Simão	jan/15	62.746	205.664	202.744	40.855	243.599	31.222	274.821
		813.590	838.205	812.739	215.012	1.027.751	56.595	1.084.346

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, que somado à atualização de R\$56.595, corresponde ao ajuste total de R\$271.607.

Mais detalhes na nota explicativa nº 04.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE’s, subsidiárias integrais da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	172.402	(125.465)	1.330.134
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	54.322	(39.568)	417.393
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	22.512	(16.822)	155.594
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	16.786	(12.523)	116.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	23.237	(17.620)	152.170
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	17.198	(13.380)	103.133
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	10.424	(8.133)	62.001
Total		2.253.765	316.881	(233.511)	2.337.135

SPE	Usinas	Saldos Transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.260.400	191.681	(168.884)	1.283.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	395.523	60.377	(53.261)	402.639
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	147.662	24.886	(22.644)	149.904
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	110.746	18.558	(16.857)	112.447
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	144.603	25.668	(23.718)	146.553
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	98.301	19.024	(18.010)	99.315
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.118	11.539	(10.947)	59.710
Total		2.216.353	351.733	(314.321)	2.253.765

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	31/012/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Coligadas				
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	643.890	534.761	643.890
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	677.182	582.504	677.182
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	50.411	57.957	50.411
Guanhães Energia	25.018	-	25.018	-
Hidrelétrica Pipoca	26.023	31.809	26.023	31.809
Lightger	40.832	41.543	40.832	41.543
Baguari Energia	148.422	162.106	148.422	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	63.307	60.101	63.307
Central Eólica Volta do Rio	67.725	81.228	67.725	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	59.586	50.569	59.586
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	527.498	576.704	527.498
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	781.022	866.554	781.022
Aliança Geração	1.242.170	1.319.055	1.242.170	1.319.055
Retiro Baixo	157.773	161.848	157.773	161.848
Renova	282.524	688.625	282.524	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	2.782	3.699	2.782
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	23	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.391.822	1.399.282
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	440.122	440.148
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	171.279	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	130.426	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	167.571	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	115.885	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	69.398	69.375
Total do Investimento	4.723.336	5.291.892	7.209.862	7.773.818
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	(59.071)
Total	4.723.336	5.232.821	7.209.862	7.714.747

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora 31/12/2015	Amortização	Baixa	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Baixa	Controladora e Consolidado 31/12/2017
Renova (1)	805.458	(42.767)	(762.691)	-	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(1.181)	-	29.525	(1.181)	-	28.344
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(1.527)	-	19.341	(1.527)	(1.311)	16.503
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(1.011)	-	13.807	(1.010)	(1.762)	11.035
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(2.055)	-	27.406	(2.055)	(1.395)	23.956
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(5.956)	-	157.340	(5.956)	-	151.384
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(1.971)	-	56.518	(1.972)	-	54.546
	1.123.096	(56.468)	(762.691)	303.937	(13.701)	(4.468)	285.768

(1) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um ajuste para baixa do ativo intangível de concessão da Renova.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	10.187	-	(2.641)	-	-	57.957
Guanhães Energia (1)	-	(13.099)	97.188	-	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.292	-	(8.078)	-	-	26.023
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	(109.129)	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	(94.678)	-	-	-	-	582.504
Baguari Energia	162.106	16.590	-	(30.274)	-	-	148.422
Central Eólica Praias Parajuru (2)	63.307	(1.489)	-	(406)	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio (2)	81.228	(11.741)	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado (2)	59.586	(7.622)	-	-	-	(1.395)	50.569
Lightger	41.543	1.858	-	(2.569)	-	-	40.832
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	781.022	705	84.827	-	-	-	866.554
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	527.498	(2.352)	51.558	-	-	-	576.704
Aliança Geração	1.319.055	71.756	-	(148.641)	-	-	1.242.170
Retiro Baixo	161.848	9.688	-	(13.763)	-	-	157.773
Renova	688.625	(390.249)	18.000	-	(33.852)	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(1.741)	2.658	-	-	-	3.699
Total do Investimento	5.291.892	(519.024)	254.231	(206.372)	(33.852)	(63.539)	4.723.336

(1) Passivo a descoberto revertido por meio de aportes.

(2) Reversão da retenção feita pela Cemig de 2% do preço de aquisição das ações dos Parques Eólicos, conforme sentença arbitral proferida em 2017.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	10.187	-	(2.641)	-	-	57.957
Guanhães Energia (1)	-	(13.099)	97.188	-	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.292	-	(8.078)	-	-	26.023
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	(109.129)	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	(94.678)	-	-	-	-	582.504
Baguari Energia	162.106	16.590	-	(30.274)	-	-	148.422
Central Eólica Praias Parajuru (2)	63.307	(1.489)	-	(406)	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio (2)	81.228	(11.741)	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado (2)	59.586	(7.622)	-	-	-	(1.395)	50.569
Lightger	41.543	1.858	-	(2.569)	-	-	40.832
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	781.022	705	84.827	-	-	-	866.554
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	527.498	(2.352)	51.558	-	-	-	576.704
Aliança Geração	1.319.055	71.756	-	(148.641)	-	-	1.242.170
Retiro Baixo	161.848	9.688	-	(13.763)	-	-	157.773
Renova	688.625	(390.249)	18.000	-	(33.852)	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(1.741)	2.658	-	-	-	3.699
Cemig Baguari	55	(32)	-	-	-	-	23
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	179.689	-	(187.149)	-	-	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	62.230	-	(62.256)	-	-	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	37.410	-	(34.093)	-	-	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	31.058	-	(26.627)	-	-	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	36.675	-	(34.237)	-	-	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	29.707	-	(27.798)	-	-	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	17.011	-	(16.988)	-	-	69.398
Total do Investimento	7.773.818	(125.276)	254.231	(595.520)	(33.852)	(63.539)	7.209.862

(1) Passivo a descoberto revertido por meio de aportes.

(2) Reversão da retenção feita pela Cemig de 2% do preço de aquisição das ações dos Parques Eólicos, conforme sentença arbitral proferida em 2017.

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Baguari Energia (2)	187.227	41.037	-	(14.118)	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	59.586
Lightger	37.455	4.088	-	-	-	-	41.543
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	291.913	-	-	-	781.022
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	179.765	-	-	-	527.498
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	1.319.055
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	161.848
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	277.864	-	19.330	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Total do Investimento	5.752.448	(447.714)	856.131	(129.964)	19.330	(758.339)	5.291.892
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
Total	5.752.448	(447.714)	856.131	(129.964)	19.330	(817.410)	5.232.821

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R\$52.040 refere-se à redução de capital;

(3) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Baguari Energia (2)	187.227	41.037	-	(14.118)	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	59.586
Lightger	37.455	4.088	-	-	-	-	41.543
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	291.913	-	-	-	781.022
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	179.765	-	-	-	527.498
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	1.319.055
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	161.848
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	277.864	-	19.330	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	-	(24)	79	-	-	-	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	141.455	1.291.423	(33.596)	-	-	1.399.282
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	45.745	405.268	(10.865)	-	-	440.148
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	21.840	151.309	(5.187)	-	-	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	16.388	113.499	(3.892)	-	-	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	22.277	148.147	(5.291)	-	-	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	17.583	100.569	(4.176)	-	-	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	11.516	60.595	(2.736)	-	-	69.375
Total do Investimento	5.752.448	(170.934)	3.127.020	(195.707)	19.330	(758.339)	7.773.818
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
Total	5.752.448	(170.934)	3.127.020	(195.707)	19.330	(817.410)	7.714.747

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R\$52.040 refere-se à redução de capital;

(3) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função, basicamente, de *impairment* nos ativos da Renova na operação com a Terraform.

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.327.114	18,13	10.151.952	6.418.617
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	118.280	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	330.536.000	49,00	330.536	51.058	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	53.108	49,00	41.360	64.916
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	213.895	69,39	186.573	247.662
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.976	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	115.694	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	54.312	49,00	52.960	65.128
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.331	49,00	79.232	84.781
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	3.622.440.125	49,00	1.119.255	1.065.628	49,00	1.014.111	1.076.527
Amazônia Energia (usina de Belo Monte) (1)	1.229.600.123	74,50	1.229.600	1.163.160	74,50	1.115.739	1.048.351
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.972.519
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	257.880	49,90	222.850	263.680
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	779.808	34,15	2.856.255	1.955.598
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	11.102.420	49,00	11.102	7.549	49,00	5.677	5.677
Controladas							
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	32	100,00	1	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.391.822	100,00	1.291.423	1.410.411
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	440.122	100,00	405.268	443.914
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	171.279	100,00	151.309	169.812
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	130.426	100,00	113.499	127.320
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	167.571	100,00	148.147	167.155
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	115.885	100,00	100.569	115.795
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	69.398	100,00	60.595	70.137

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Sociedades	2017		2016	
	Dividendos	Lucro Líquido (Prejuízo)	Dividendos	Lucro Líquido (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	5.390	20.791	3.173	22.698
Guanhães Energia	-	(25.197)	-	(208.384)
Hidrelétrica Pipoca	16.486	5.016	-	11.370
Madeira Energia (1) (Usina de Santo Antônio)	-	(1.091.502)	-	(617.200)
Baguari Energia	43.629	22.339	20.346	59.140
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	829	100	51	3.489
Central Eólica Volta do Rio (1)	-	(21.190)	71	(6.775)
Central Eólica Praias de Morgado (1)	-	(10.817)	92	(1.719)
Lightger	5.243	3.823	-	8.343
Aliança Geração (1)	330.313	215.700	248.978	292.688
Aliança Norte (1) (Usina de Belo Monte)	-	(776)	-	(9.314)
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	-	947	-	(8.938)
Retiro Baixo (1)	27.581	21.781	4.301	17.200
Renova (1)	-	(1.139.535)	-	(1.101.472)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	(3.553)	-	-
Cemig Baguari	-	(32)	-	(24)
Cemig Ger.Três Marias S.A.	187.149	179.689	33.596	141.455
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	62.256	62.230	10.865	45.745
Cemig Ger. Itutinga S.A.	34.093	37.410	5.187	21.840
Cemig Geração Camargos S.A.	26.627	31.058	3.892	16.388
Cemig Geração Sul S.A.	34.237	36.675	5.291	22.277
Cemig Geração Leste S.A.	27.798	29.707	4.176	17.583
Cemig Geração Oeste S.A.	16.988	17.011	2.736	11.516

(1) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício incluindo a amortização do ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue:

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.473.596, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova: Em 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$2.194.590, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.607.398 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa através de venda de ativos, com a utilização dos recursos para o pagamento de fornecedores e amortização de dívidas, além de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de *impairment* acima mencionados e, com base nas informações disponíveis, entende que não existe incerteza material quanto à continuidade operacional destas investidas.

Os saldos integrais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

2017	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	50.434	29.429	10.630	556.738	14.822
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.397	5.449	7.428	54.517	5.834
Não circulante	87.278	208.511	42.442	23.593.860	94.764
Total do ativo	137.712	237.940	53.072	24.150.598	109.586
Passivo					
Circulante	9.854	18.338	1.970	2.030.334	17.448
Fornecedor	1.423	9.705	252	202.503	5.668
Não circulante	9.578	5.707	44	16.793.149	39.030
Patrimônio Líquido	118.280	213.895	51.058	5.327.115	53.108
Total do passivo	137.712	237.940	53.072	24.150.598	109.586
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	39.156	63.778	-	2.971.019	28.903
Custo das vendas	(17.796)	(36.151)	(637)	(1.857.730)	(18.564)
Depreciação	(3.513)	(8.826)	-	-	(3.094)
Lucro bruto	21.360	27.627	(637)	1.113.289	10.339
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(817.254)	(983)
Provisão para Perda	-	-	(22.468)	-	-
Receita Financeira	4.135	6.179	929	114.973	1.836
Despesa Financeira	(1.945)	(709)	(3.021)	(1.551.186)	(4.586)
Resultado operacional	23.550	33.097	(25.197)	(1.140.178)	6.606
Imposto de renda e contribuição social	(2.759)	(10.758)	-	48.676	(1.590)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016
Resultado Abrangente do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016

2017	Central Eólica Praias de Parajuru	Central Eólica Praias de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo					
Circulante	41.204	11.044	16.135	50.552	97
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.373	6.595	4.704	1.201	70
Não circulante	120.747	135.773	232.818	142.146	1.163.092
Total do ativo	161.951	146.817	248.953	192.698	1.163.189
Passivo					
Circulante	26.105	89.522	126.180	30.340	29
Fornecedor	573	2.173	873	19.809	-
Não circulante	46.870	2.983	7.079	79.027	-
Patrimônio Líquido	88.976	54.312	115.694	83.331	1.163.160
Total do passivo	161.951	146.817	248.953	192.698	1.163.189
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	20.582	14.331	22.482	41.727	-
Custos Operacionais	(15.609)	(17.372)	(29.139)	(28.341)	-
Depreciação	(9.521)	(10.004)	(16.819)	(10.564)	-
Lucro bruto	4.973	(3.041)	(6.657)	13.386	-
Despesas gerais e administrativas	(1.975)	(967)	(3.356)	(1.665)	(642)
Receita Financeira	3.471	1.857	3.116	3.837	1.595
Despesa Financeira	(6.095)	(7.943)	(11.649)	(9.121)	(5)
Resultado operacional	374	(10.094)	(18.546)	6.437	947
Imposto de renda e contribuição social	(274)	(723)	(2.644)	(2.614)	(1)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	100	(10.817)	(21.190)	3.823	947
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	100	(10.817)	(21.190)	3.823	947
Resultado Abrangente do Exercício	100	(10.817)	(21.190)	3.823	947

2017	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	31.242	23.875	621.660	516	4.954
Caixa e Equivalentes de Caixa	342	14.256	467.542	455	4.895
Não circulante	1.679.389	365.562	2.398.524	1.065.355	11.135
Total do ativo	1.710.631	389.437	3.020.184	1.065.871	16.089
Passivo					
Circulante	395.295	27.182	448.128	243	1.182
Fornecedor	39.305	2.898	43.582	-	1.047
Não circulante	535.528	104.375	714.151	-	7.358
Patrimônio Líquido	779.808	257.880	1.857.905	1.065.628	7.549
Total do passivo	1.710.631	389.437	3.020.184	1.065.871	16.089
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	-	67.204	919.788	-	-
Custos Operacionais	(4.484)	(33.369)	(554.751)	-	(3.844)
Depreciação	(4.484)	(10.099)	(126.553)	-	-
Lucro bruto	(4.484)	33.835	365.037	-	(3.844)
Despesas gerais e administrativas	(1.121.010)	-	(10.530)	(855)	-
Receita Financeira	3.817	2.816	29.596	85	291
Despesa Financeira	(139.273)	(12.344)	(64.844)	(6)	-
Resultado operacional	(1.260.950)	24.307	319.259	(776)	(3.553)
Imposto de renda e contribuição social	121.415	(2.526)	(103.559)	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.139.535)	21.781	215.700	(776)	(3.553)
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.139.535)	21.781	215.700	(776)	(3.553)
Resultado Abrangente do Exercício	(1.139.535)	21.781	215.700	(776)	(3.553)

2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.620	11.110	1.185	57.975	17.311
Não circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855
Total do ativo	129.498	265.074	81.065	25.077.083	118.030
Passivo					
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150
Fornecedor	1.660	6.212	261	661.726	67
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916
Total do passivo	129.498	265.074	81.065	25.077.083	118.030
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714
Custo das vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1844.691)	(6.164)
Depreciação	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)
Lucro bruto	23.907	53.333	-	957.863	18.550
Despesas gerais e administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)
Receita Financeira	4.183	14.765	261	146.200	1.845
Despesa Financeira	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)
Resultado operacional	25.284	66.257	(208.384)	(593.564)	12.825
Imposto de renda e contribuição social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370
Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370
Resultado Abrangente do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370

2016	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo					
Circulante	38.546	23.976	36.630	34.912	77
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.748	17.385	26.568	31.817	51
Não circulante	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369
Total do ativo	166.131	166.475	281.591	187.213	1.048.446
Passivo					
Circulante	19.137	27.248	36.761	16.019	95
Fornecedor	804	526	801	5.611	-
Não circulante	58.097	74.099	107.944	86.413	-
Patrimônio Líquido	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351
Total do passivo	166.131	166.475	281.591	187.213	1.048.446
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	27.276	22.268	28.617	35.600	-
Custos Operacionais	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-
Depreciação	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-
Lucro bruto	10.482	5.271	1.636	18.716	-
Despesas gerais e administrativas	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)
Receita Financeira	2.790	2.659	4.618	3.489	20
Despesa Financeira	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)
Resultado operacional	5.258	(2.615)	(9.824)	10.655	(8.938)
Imposto de renda e contribuição social	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)
Resultado Abrangente do Exercício	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)

2016	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte
Ativo				
Circulante	135.860	30.220	388.100	1.853
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.786	19.222	146.601	1.812
Não circulante	5.765.276	376.648	2.511.543	1.075.009
Total do ativo	5.901.136	406.868	2.899.643	1.076.862
Passivo				
Circulante	3.346.901	24.743	592.394	335
Fornecedor	546.911	745	100.640	96
Não circulante	598.637	118.445	334.730	-
Patrimônio Líquido	1.955.598	263.680	1.972.519	1.076.527
Total do passivo	5.901.136	406.868	2.899.643	1.076.862
Demonstração do Resultado				
Receita líquida de vendas	483.137	61.985	803.732	-
Custos Operacionais	(453.613)	(29.225)	(313.518)	-
Depreciação	(93.459)	(9.406)	(124.704)	-
Lucro bruto	29.524	32.760	490.214	-
Despesas gerais e administrativas	(40.558)	-	(57.976)	(2.554)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(281.030)	-	-	-
Ajuste para perdas em investimentos	(455.427)	-	-	-
Receita Financeira	16.170	1.922	46.252	182
Despesa Financeira	(423.784)	(14.802)	(58.588)	(6.942)
Resultado operacional	(1.155.105)	19.880	419.902	(9.314)
Imposto de renda e contribuição social	53.633	(2.680)	(127.214)	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.101.472)	17.200	292.688	(9.314)
Resultado Abrangente do Exercício	(182.011)	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.101.472)	17.200	292.688	(9.314)
Resultado Abrangente do Exercício	(1.283.483)	17.200	292.688	(9.314)

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de dezembro de 2017, R\$21.610.727 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da entidade estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão

em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação iterna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, prospectivamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2017 é de R\$285.696.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA levando em consideração os resultados da investigação iterna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, prospectivamente, nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Investimento na Terraform

A controlada em conjunto indireta Renova possuía investimentos na TerraForm Global Inc., designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações da Terraform em bolsa de valores (NASDAQ) cujo ganho decorrente da variação da cotação das ações (valor justo), no valor de R\$73.224, foi registrado diretamente no patrimônio líquido da controlada em conjunto, na rubrica de outros resultados abrangentes.

Em 15 de maio de 2017, a Renova alienou à Brookfield Asset Management (“Brookfield”) o investimento que detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”) por R\$305.766 e reclassificou os ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R\$172.243 (R\$60.285 de impacto na Cemig GT), para o resultado do exercício.

Em junho de 2017, a Renova celebrou, ainda, acordo com a TerraForm Global no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem que havia entre as partes mediante compensações à Renova de R\$48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Em 2017 e 2016 a Renova efetuou revisões do valor recuperável do seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma provisão para perdas de R\$786.544 (R\$284.965 de impacto na Cemig GT) e R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig GT), respectivamente.

Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. (“Engie”), sendo que o preço base da transação foi de R\$15.000.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Concessão de Direito de Exclusividade

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III (“Complexo ASIII”), bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. O valor apresentado pelo Complexo ASIII foi de R\$ 650 milhões a ser pago na data de fechamento da transação, valor este sujeito a ajustes usuais pós-fechamento (“Preço”). O Preço poderá ser acrescido de um earn-out de até R\$ 150 milhões vinculados à geração futura do Complexo ASIII a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação, além de R\$ 187 mil por MW de capacidade instalada para os projetos eólicos em desenvolvimento (“Proposta”). Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER por 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação. Os recursos oriundos da transação, conforme divulgado pela Renova, serão destinados prioritariamente ao pagamento dos fornecedores e credores do projeto Alto Sertão III.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Renova e da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Proposta vinculante da Cemig apresentada à Renova

Em 27 de março de 2018, a Cemig (controladora da Companhia), apresentou à Renova (controlada em conjunto) uma proposta vinculante referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH S.A. detidas pela Chipley.

Tal proposta considera as recentes alterações nas negociações de capitalização da Renova, o interesse da Renova em antecipar receitas provenientes de contratos de compra e venda de energia e visa a execução do Programa de Desinvestimentos da Cemig.

A intenção da Cemig é que a Renova aliene sua participação na Brasil PCH a terceiros ou à própria Cemig ou a quaisquer de suas afiliadas, nos termos da Proposta, de forma a viabilizar o pagamento dos valores devidos à Cemig GT.

A conclusão da Transação, se aceita pela Renova, dependerá ainda de determinadas condições precedentes previstas na proposta e comuns a este tipo de transação.

Diante do exposto, a Cemig GT se declarou impedida de se manifestar nos órgãos de governança da Renova sobre as deliberações relativas à aludida proposta.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.342.503	(4.268.303)	2.074.200	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.582	(13.450)	207.132	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.039.564	(754.945)	284.619	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e equipamentos	2.030.392	(1.525.069)	505.323	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.611)	3.101	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e utensílios	13.651	(10.731)	2.920	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	88.690	-	88.690	116.371	-	116.371
Ativos em formação	88.690	-	88.690	116.371	-	116.371
Imobilizado líquido	6.431.193	(4.268.303)	2.162.890	10.871.463	(7.701.311)	3.170.152

Controladora	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.339.089	(4.268.227)	2.070.862	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.582	(13.450)	207.132	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.039.564	(754.945)	284.619	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e equipamentos	2.026.978	(1.524.993)	501.985	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.611)	3.101	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e utensílios	13.651	(10.731)	2.920	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	84.985	-	84.985	114.599	-	114.599
Ativos em formação	84.985	-	84.985	114.599	-	114.599
Imobilizado líquido	6.424.074	(4.268.227)	2.155.847	10.869.691	(7.701.311)	3.168.380

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Outras transferências (2)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Em serviço	3.053.781	-	(875.749)	14.418	43.141	(8.021)	(153.370)	2.074.200
Terrenos	274.455	-	(60.938)	-	-	(507)	(5.878)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	2.940	(4.091)	(76.824)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.657)	-	956	-	(17.128)	284.619
Máquinas e equipamentos	812.749	-	(305.231)	14.418	38.966	(3.423)	(52.156)	505.323
Veículos	4.225	-	-	-	-	-	(1.124)	3.101
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	279	-	(260)	2.920
Em curso	116.371	32.591	(130)	-	(43.141)	(17.001)	-	88.690
Imobilizado líquido	3.170.152	32.591	(875.879)	14.418	-	(25.022)	(153.370)	2.162.890

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 13).

(2) Refere-se à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Outras transferências (2)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Em serviço	3.053.781	-	(875.749)	14.418	39.727	(8.021)	(153.294)	2.070.862
Terrenos	274.455	-	(60.938)	-	-	(507)	(5.878)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	2.940	(4.091)	(76.824)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.657)	-	956	-	(17.128)	284.619
Máquinas e equipamentos	812.749	-	(305.231)	14.418	35.552	(3.423)	(52.080)	501.985
veículos	4.225	-	-	-	-	-	(1.124)	3.101
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	279	-	(260)	2.920
Em curso	114.599	27.244	(130)	-	(39.727)	(17.001)	-	84.985
Imobilizado líquido	3.168.380	27.244	(875.879)	14.418	-	(25.022)	(153.294)	2.155.847

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 13).

(2) Refere-se à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.

	Controladora 31/12/2015	Adição	Transferencia	Baixa	Depreciação	Consolidado e Controladora 31/12/2016
Em Serviço	3.140.593	-	88.921	(331)	(178.034)	3.051.149
Terrenos	274.064	-	91	(6)	306	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	29.483	-	(89.910)	1.590.003
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	385.042	-	5.042	-	(20.636)	369.448
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	56.540	(266)	(65.203)	810.117
Veículos	8.075	-	(1.517)	(58)	(2.275)	4.225
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(316)	2.901
Em Curso	167.083	48.934	(88.158)	(8.856)	-	119.003
Imobilizado Líquido	3.307.676	48.934	763	(9.187)	(178.034)	3.170.152

Controladora	31/12/2015	Adição	Transferencia	Baixa	Depreciação	31/12/2016
Em Serviço	3.140.593	-	88.921	(331)	(178.034)	3.051.149
Terrenos	274.064	-	91	(6)	306	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	29.483	-	(89.910)	1.590.003
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	385.042	-	5.042	-	(20.636)	369.448
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	56.540	(266)	(65.203)	810.117
Veículos	8.075	-	(1.517)	(58)	(2.275)	4.225
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(316)	2.901
Em Curso	167.083	47.162	(88.158)	(8.856)	-	117.231
Imobilizado Líquido	3.307.676	47.162	763	(9.187)	(178.034)	3.168.380

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,14% para o ano de 2017 (3,39% em 2016). As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e

Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,05	217.109	217.061
Depreciação acumulada			(90.649)	(81.911)
Total em operação			126.460	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	340	233
Total em construção			340	233

16. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	89.923	(66.001)	23.922	88.214	(61.682)	26.532
Servidão	11.451	(1.990)	9.461	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(11.251)	7.918	19.169	(10.572)	8.597
Outros	59.303	(52.760)	6.543	57.594	(49.795)	7.799
Em Curso	8.718	-	8.718	9.220	-	9.220
Ativos em formação	8.718	-	8.718	9.220	-	9.220
Intangível Líquido	98.641	(66.001)	32.640	97.434	(61.682)	35.752

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara/Miranda	Capitalização/Transferência	Baixa	Amortização	31/12/2017
Em serviço	26.532	-	(81)	2.327	-	(4.856)	23.922
Servidão	10.136	-	-	-	-	(675)	9.461
Concessão onerosa	8.597	-	-	-	-	(679)	7.918
Outros	7.799	-	(81)	2.327	-	(3.502)	6.543
Em Curso	9.220	1.858	-	(2.327)	(33)	-	8.718
Ativos em formação	9.220	1.858	-	(2.327)	(33)	-	8.718
Total	35.752	1.858	(81)	-	(33)	(4.856)	32.640

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controladora 31/12/2016
Em Serviço	27.834	-	3.449	(4.751)	26.532
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(678)	8.597
Outros	8.423	-	3.449	(4.073)	7.799
Em Curso	8.275	4.394	(3.449)	-	9.220
Ativos em formação	8.275	4.394	(3.449)	-	9.220
Total	36.109	4.394	-	(4.751)	35.752

A taxa de amortização média anual é de 15,71%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento e transporte de energia elétrica	420.268	328.341	409.716	327.034
Materiais e serviços	51.775	48.697	44.796	45.670
	472.043	377.038	454.512	372.704

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	60.635	46.156	57.723	46.150
PASEP	9.782	6.100	9.047	5.617
COFINS	45.139	28.241	41.748	26.007
INSS	3.816	5.699	3.522	4.644
ISSQN	992	1.564	900	1.489
Outros	13.302	49.017	13.098	48.956
	133.666	136.777	126.038	132.863
Não Circulante				
PASEP (1)	535	18.058	535	18.058
COFINS (1)	3.295	83.175	3.295	83.175
	3.830	101.233	3.830	101.233
	137.496	238.010	129.868	234.096

1) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições. O efeito no lucro líquido do exercício de 2017 correspondeu ao montante de R\$101.233, registrado como reversão de deduções à receita.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 2017			Consolidado 2016
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.178	205	4.383	7.416
Eurobonds	2024	9,25%	USD	25.149	3.308.000	3.333.149	-
(-) Custos de Transação				-	(15.400)	(15.400)	-
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(47.690)	(47.690)	-
Dívida em Moeda Estrangeira				29.327	3.245.115	3.274.442	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória - 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	-	-	-	674.196
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	-	-	-	150.683
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	1.100	741.264	742.364	1.156.368
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	121.470	-	121.470	122.596
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	2.359	-	2.359	5.504
BNDES	2017	TJLP+2,34%	R\$	-	-	-	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(450)	(8.404)	(8.854)	(26.625)
Dívida em Moeda Nacional				124.664	732.860	857.524	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				153.991	3.977.975	4.131.966	2.163.712
DEBÊNTURES							
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.214
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	157.866	143.199	301.065	293.152
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.766	959.436	1.010.202	983.679
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	703.021	-	703.021	1.411.295
Debêntures - 1ª Série - 6ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	507.692	-	507.692	1.040.715
Debêntures - 2ª Série - 6ª Emissão (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.107	30.986	32.093	31.223
Debêntures - 1ª Série - 7ª Emissão (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	47.319	1.636.238	1.683.557	2.241.592
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(12.405)	-	(12.405)	(27.102)
(-) Custos de Transação				(1.936)	(35.092)	(37.028)	(47.809)
Total de Debêntures				1.453.430	2.734.767	4.188.197	6.469.959
Total Geral				1.607.421	6.712.742	8.320.163	8.633.671

(1) Juros pagos de forma antecipada no recebimento dos recursos do Eurobonds.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural.

(4) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 2017			Controladora 2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.178	205	4.383	7.416
Eurobonds	2024	9,25%	USD	25.149	3.308.000	3.333.149	-
(-) Custos de Transação				-	(15.400)	(15.400)	-
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(47.690)	(47.690)	-
Dívida em Moeda Estrangeira				29.327	3.245.115	3.274.442	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória - 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	-	-	-	674.196
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	-	-	-	150.683
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	1.100	741.264	742.364	1.156.368
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	121.470	-	121.470	122.596
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	2.359	-	2.359	5.504
BNDES	2017	TJLP+2,34%	R\$	-	-	-	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(450)	(8.404)	(8.854)	(26.625)
Dívida em Moeda Nacional				124.664	732.860	857.524	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				153.991	3.977.975	4.131.966	2.163.712
Debêntures							
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.214
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	157.866	143.199	301.065	293.152
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.766	959.436	1.010.202	983.679
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	703.021	-	703.021	1.411.295
Debêntures - 1ª Série - 6ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	507.692	-	507.692	1.040.715
Debêntures - 2ª Série - 6ª Emissão (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.107	30.986	32.093	31.223
Debêntures - 1ª Série - 7ª Emissão (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	47.319	1.636.238	1.683.557	2.241.592
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(9.470)	-	(9.470)	(17.188)
(-) Custos de Transação				(1.936)	(35.092)	(37.028)	(47.809)
Total de Debêntures				1.456.365	2.734.767	4.191.132	6.479.873
Total Geral				1.610.356	6.712.742	8.323.098	8.643.585

(1) Juros pagos de forma antecipada no recebimento dos recursos do Eurobonds.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural.

(4) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.178	205	-	-	-	-	-	4.383
Dólar Norte Americano	25.149	-	-	-	-	-	3.308.000	3.333.149
Total por Moedas	29.327	205	-	-	-	-	3.308.000	3.337.532
Indexadores								
IPCA (1)	209.924	158.694	332.106	316.613	326.208	-	-	1.343.545
CDI (2)	1.368.197	792.697	792.698	792.107	-	-	-	3.745.699
TJLP (3)	2.359	-	-	-	-	-	-	2.359
Total por Indexadores	1.580.480	951.391	1.124.804	1.108.720	326.208	-	-	5.091.603
(-) Custos de Transação	(2.386)	(14.472)	(14.511)	(14.466)	(47)	-	(15.400)	(61.282)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(47.690)	(47.690)
Total Geral	1.607.421	937.124	1.110.293	1.094.254	326.161	-	3.244.910	8.320.163

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.178	205	-	-	-	-	-	4.383
Dólar Norte Americano	25.149	-	-	-	-	-	3.308.000	3.333.149
Total por Moedas	29.327	205	-	-	-	-	3.308.000	3.337.532
Indexadores								
IPCA (1)	209.924	158.694	332.106	316.613	326.208	-	-	1.343.545
CDI (2)	1.371.132	792.697	792.698	792.107	-	-	-	3.748.634
TJLP (3)	2.359	-	-	-	-	-	-	2.359
Total por Indexadores	1.583.415	951.391	1.124.804	1.108.720	326.208	-	-	5.094.538
(-) Custos de Transação	(2.386)	(14.472)	(14.511)	(14.466)	(47)	-	(15.400)	(61.282)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(47.690)	(47.690)
Total Geral	1.610.356	937.124	1.110.293	1.094.254	326.161	-	3.244.910	8.323.098

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada em 2017 %	Variação Acumulada em 2016 %	Indexador	Variação Acumulada em 2017 %	Variação Acumulada em 2016 %
Dólar Norte-Americano	1,50	(16,54)	IPCA	2,95	6,29
Euro	15,41	(19,10)	CDI	9,93	14,06
TJLP	(6,67)	7,14			

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Financiamentos Obtidos	3.252.374	3.252.374
Custos de Transação (1)	(15.530)	(15.530)
Juros Pagos Antecipadamente (1)	(48.097)	(48.097)
Financiamentos Obtidos líquidos	3.188.747	3.188.747
Variação Monetária e Cambial	93.983	93.983
Encargos Financeiros Provisionados	913.275	913.275
Amortização dos Custos de Transação	28.684	28.684
Amortização dos Juros Pagos Antecipadamente	406	406
Encargos Financeiros Pagos	(1.080.075)	(1.080.075)
Amortização de Financiamentos	(3.473.225)	(3.473.225)
Subtotal	8.305.466	8.315.380
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	14.697	7.718
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098

(1) Inclui dedução de tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R\$9.573.

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.739.072
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	7.739.072	-
Financiamentos Obtidos	3.461.965	3.461.965
Custos de Transação	(79.514)	(79.514)
Financiamentos Obtidos líquidos	3.382.451	3.382.451
Variação Monetária e Cambial	73.509	73.509
Encargos Financeiros Provisionados	1.128.329	1.128.329
Amortização do Custo de Transação	44.709	44.709
Encargos Financeiros Pagos	(1.116.060)	(1.116.060)
Amortização de Financiamentos	(2.591.237)	(2.591.237)
Subtotal	8.660.773	8.660.773
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(27.102)	(17.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no exercício de 2017.

Captações de Recursos

As captações de recursos em 2017 estão demonstradas a seguir:

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
Financiamentos Obtidos	2024	9,25%	3.252.374
Custos de Transação (1)			(15.530)
Juros Pagos Antecipadamente (1)			(48.097)
Financiamentos Obtidos líquidos			3.188.747

(1) Inclui tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R\$9.573.

Emissão de Eurobonds

Em dezembro de 2017, a Companhia emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Cemig, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating "B" atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,5% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há

restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	31/12/2017
Aval e Fiança	5.931.742
Recebíveis	1.036.319
Ações	1.347.719
Sem Garantia	4.383
TOTAL	8.320.163

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

	Vcto.	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Consolidado		Controladora	
				Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série - 3ª Emissão	2017	Quirografia	CDI + 0,90%	-	543.214	-	543.214
2ª Série - 3ª Emissão	2019	Quirografia	IPCA + 6,00%	301.065	293.152	301.065	293.152
3ª Série - 3ª Emissão	2022	Quirografia	IPCA + 6,20%	1.010.202	983.679	1.010.202	983.679
1ª série - 5ª Emissão	2018	Quirografia	CDI + 1,70%	703.021	1.411.295	703.021	1.411.295
1ª Série - 6ª Emissão	2018	Quirografia	CDI + 1,60%	507.692	1.040.715	507.692	1.040.715
2ª Série - 6ª Emissão	2020	Quirografia	IPCA + 8,07%	32.093	31.223	32.093	31.223
1ª série - 7ª Emissão	2021	Quirografia	140% do CDI	1.683.557	2.241.592	1.683.557	2.241.592
(-) FIC Pampulha				(12.405)	(27.102)	(9.470)	(17.188)
(-) Custos de Transação				(37.028)	(47.809)	(37.028)	(47.809)
TOTAL				4.188.197	6.469.959	4.191.132	6.479.873

Para as debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral

- (1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pelo Eurobonds, mediante aditivos contratuais;
- (2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Créditos junto à Eletrobrás (1)	-	48.379	-	48.379
	<u>-</u>	<u>48.379</u>	<u>-</u>	<u>48.379</u>
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	8.753	-	8.753	-
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	14.622	22.316	13.549	20.535
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	51.639	7.838	51.639	7.838
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	740	1.469	595	1.251
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.612	7.720	6.612	7.721
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	2.359	4.057	1.945	3.659
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	150.050	152.472	146.231	151.146
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.314	2.151	1.111	1.969
	<u>236.089</u>	<u>198.023</u>	<u>230.435</u>	<u>194.119</u>
Passivo Circulante	151.532	69.955	149.698	67.377
Passivo Não Circulante	84.557	128.068	80.737	126.742

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à Reserva Global de Reversão - RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar.

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os empregados e

aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2017.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$163.049 em 31 de dezembro de 2017 (R\$178.099 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$64.109, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Em fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ. O montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$22.444, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Valor Presente das Obrigações	2.362.784	398.630	8.441	61.558	2.831.413
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.946.151)	-	-	-	(1.946.151)
Passivo Líquido inicial	416.633	398.630	8.441	61.558	885.262
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	19.269	-	-	-	19.269
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	1.803.638	277.652	6.173	126.699	2.214.162
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(273)	-	-	11	(262)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.894	80.961	1.791	39.841	410.487
Decorrentes de ajustes com base na experiência	58.049	(17.722)	(693)	3.945	43.579
	345.670	63.239	1.098	43.797	453.804
Benefícios pagos	(178.319)	(22.443)	(463)	(2.753)	(203.978)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	2.199.918	356.833	7.662	184.867	2.749.280
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	798	19.260	278.601
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	39.024	-	-	6	39.030
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	94.068	14.276	371	12.411	121.126
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(8.623)	13.133	97	(12.273)	(7.666)
	124.469	27.409	468	144	152.490
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Benefícios pagos	(184.306)	(25.277)	(546)	(1.941)	(212.070)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	2.362.784	398.630	8.441	61.558	2.831.413

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R\$141.544 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	1.492.692
Retorno real dos investimentos	517.626
Contribuições do Empregador	28.779
Benefícios pagos	(178.319)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	1.860.778
Retorno real dos investimentos	233.600
Contribuições do Empregador	36.079
Benefícios pagos	(184.306)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	1.946.151

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2017 e 2016 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	798	19.260	278.601
Rendimento Sobre os Ativos do Plano	(185.467)	-	-	-	(185.467)
Custo do serviço passado	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Despesa (Recuperação de Despesa) Total em 2017 conforme cálculo atuarial	37.236	39.665	857	(121.512)	(43.754)

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
Rendimento Sobre os Ativos do Plano	(185.040)	-	-	-	(185.040)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	43.889	38.385	854	17.124	100.252

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	43.889	38.385	854	17.124	100.252
Contribuições Pagas	(28.779)	(22.443)	(463)	(2.753)	(54.438)
Perdas atuariais (*)	31.043	63.239	1.098	43.797	139.177
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	37.236	39.665	857	20.032	97.790
Contribuições Pagas	(36.079)	(25.277)	(546)	(1.941)	(63.843)
Alterações no plano - Serviço Passado - ganho	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Perdas atuariais (*)	77.646	27.409	468	144	105.667
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
				2017	2016
Passivo Circulante				52.395	45.377
Passivo Não Circulante				852.136	861.084

(*) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$82.993 (R\$77.034 em 2016), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$14.797 (R\$23.218 em 2016). Além disso, devido às alterações no seguro de vida, foi reconhecida uma recuperação de despesa no resultado de 2017 no montante de R\$141.544.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2018 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.009	2.258	56	335	3.658
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	215.130	37.917	784	5.799	259.630
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(175.541)	-	-	-	(175.541)
Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	40.598	40.175	840	6.134	87.747

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2018 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	191.678	26.288	568	2.028	220.562

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2018 no montante de R\$37.522 para amortização de déficit do Plano A e R\$22.538 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,28	11,55	13,68	13,68	11,55

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2017 Consolidado	2016 Consolidado
Ações de empresas brasileiras	6,71%	3,91%
Títulos de Renda Fixa	74,68%	75,46%
Imóveis	7,61%	7,73%
Outros	11,00%	12,90%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2017 Consolidado	2016 Consolidado
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	185.174	178.618
Imóveis da Forluz ocupados pela Patrocinadora	216.500	152.650
	401.674	331.268

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2017 Consolidado	2016 Consolidado
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,48%	10,50%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,48%	10,50%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,00%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,08%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 D10%	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não adotada	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	59.201	6.647	131	(3.635)	62.344
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	-	-	-	3.481	3.481
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	252.374	51.576	1.086	9.706	314.742

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2017
Trabalhistas	46.286	17.965	-	(15.287)	48.964
Cíveis	364	13	(113)	(13)	251
Tributárias	7.145	2.717	(816)	-	9.046
Regulatórias	50	2.739	(4)	(579)	2.206
Outras	51.451	5.193	(19.232)	(1.569)	35.843
Total	105.296	28.627	(20.165)	(17.448)	96.310

Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2017
Trabalhistas	46.286	17.949	-	(15.287)	48.948
Cíveis	364	13	(113)	(13)	251
Tributárias	7.145	2.717	(816)	-	9.046
Regulatórias	50	2.739	(4)	(579)	2.206
Outras	51.451	5.193	(19.232)	(1.569)	35.843
Total	105.296	28.611	(20.165)	(17.448)	96.294

	Controladora 31/12/2015	Saldo inicial para fins de consolidação	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 31/12/2016
Trabalhistas	44.559	44.559	18.629	(3.383)	(13.519)	46.286
Cíveis	305	305	222	-	(163)	364
Tributárias	5.161	5.161	2.054	(67)	(3)	7.145
Regulatórias	2.670	2.670	273	(2.620)	(273)	50
Outras	25.015	25.015	27.623	(3)	(1.184)	51.451
Total	77.710	77.710	48.801	(6.073)	(15.142)	105.296

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$167.948 (R\$135.739 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$48.964 (R\$46.286 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$37.328 (R\$114.865 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$9.046 (R\$7.145 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$23.319 (R\$20.958 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$2.206 (R\$50 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$31.987 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. A probabilidade de perda foi reavaliada para remota uma vez que, em ação semelhante, o judiciário julgou improcedente o pedido do Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado era de R\$21.407.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$77.571 (R\$65.726 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$4.107 foram provisionados (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2016). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$63.027 (R\$60.126 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$73.334 (R\$68.403 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$458.619 (R\$244.659 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$126.880 (R\$115.057 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$72.584 (R\$52.045 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$287.515 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$201.586 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$126.159 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$79.378 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$64.241 (R\$30.839 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em procedimentos licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.149 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$21.318 (R\$17.052 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$100.000, o qual será capitalizado por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Reservas de Lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	140.730	119.307
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE	45.016	44.870
Reserva de Retenção de Lucros	2.516.854	2.310.482
	2.702.600	2.474.659

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado foi de R\$146 em 2017 (R\$276 em 2016), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2017 é R\$45.016 (R\$44.870 em 31 de dezembro de 2016).

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig GT foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2017 e 2016 foram conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	428.459	69.868
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	214.230	34.934
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	-	45.000
	214.230	79.934
Dividendos Declarados		
Juros sobre Capital Próprio	-	83.246
Dividendos Estatutários	214.230	216.754
	214.230	300.000
Dividendos por ação		
Dividendos Obrigatórios (em R\$)	0,0740	0,0276
Dividendos Registrados (em R\$)	-	0,1036

Destinação do Resultado de 2017 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2018, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2017, no montante de R\$428.459 e da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$13.712:

- R\$214.230, correspondentes a 50% do lucro líquido, sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$206.372 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros;
- R\$21.423 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$146 sejam destinados para constituição de Reserva de Incentivos Fiscais.

Aumento de Capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2017, as reservas de lucro excedem o capital social em R\$819.874, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social para R\$2.600.000, incluindo os R\$100.000 do AFAC, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício	428.459	69.868
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,1479	0,0241

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(305.104)	(235.365)
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	-	33.852
Custo Atribuído de Imobilizado	458.626	472.338
Ajustes de avaliação patrimonial	153.522	270.825

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, Líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

24. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	7.135.743	6.576.277	6.698.053	6.414.792
Receita de Transmissão – com impostos (b)	519.184	410.294	521.658	410.506
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	316.881	299.537	-	115.274
Receita de Construção (d)	24.827	53.824	24.827	53.824
Transações com energia na CCEE (e)	651.132	152.456	640.145	152.456
Receita de Indenização da Transmissão (f)	373.217	751.101	373.217	751.101
Receita de Indenização da Geração (g)	271.607	-	271.607	-
Outras receitas operacionais	45.937	37.163	64.065	45.650
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(1.551.787)	(1.471.677)	(1.443.116)	(1.448.842)
	7.786.741	6.808.975	7.150.456	6.494.761

(*) Em 2016, os valores estão apresentados líquidos da atualização financeira da parcela a pagar pela Outorga, que foi liquidada em julho de 2016.

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	14.486.304	3.357.639	15.494.833	3.468.182	13.581.588	3.151.950	15.494.833	3.468.182
Comercial	2.226.405	569.263	832.443	215.144	2.226.405	569.263	832.443	215.144
Subtotal	16.712.709	3.926.902	16.327.276	3.683.326	15.807.993	3.721.213	16.327.276	3.683.326
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	18.033	-	(36.558)	-	3.058	-	(36.558)
	16.712.709	3.944.935	16.327.276	3.646.768	15.807.993	3.724.271	16.327.276	3.646.768
Suprim. Outras Concessionárias (2)	12.841.006	3.244.356	12.601.237	2.670.957	12.841.006	3.016.656	12.601.237	2.555.027
Suprimento não Faturado Líquido	-	(53.548)	-	258.552	-	(42.874)	-	212.997
	29.553.715	7.135.743	28.928.513	6.576.277	28.648.999	6.698.053	28.928.513	6.414.792

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no exercício, sendo que a margem de construção é zero e os custos de construção são iguais à receita de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

Em 2017, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$373.217 sendo R\$223.962 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R\$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, em função do reconhecimento de valores a serem pagos relacionados a cabos condutores que não fizeram parte do cálculo da receita de transmissão em períodos anteriores.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(g) Receita de Indenização da Geração

Em 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$271.607 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, considerando inclusive a sua respectiva atualização. Mais detalhes vide notas explicativas nº 4 e 13 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos sobre a Receita				
ICMS (1)	616.858	552.507	579.834	552.507
COFINS	546.773	543.587	499.303	533.215
PIS-PASEP	118.695	118.009	108.393	115.761
ISSQN	2.323	1.849	2.323	1.850
	1.284.649	1.215.952	1.189.853	1.203.333
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	14.721	(20.146)	14.721	(20.146)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	72.662	33.933	72.662	33.933
PROINFA	39.437	42.827	39.437	42.827
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.079	24.098	12.785	22.802
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	15.079	24.098	12.785	22.802
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.542	12.051	6.394	11.401
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	12.439	18.123	10.564	16.816
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	90.179	120.741	83.915	115.074
	267.138	255.725	253.263	245.509
	1.551.787	1.471.677	1.443.116	1.448.842

1) Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

A questão tributária que implicou na adesão da Companhia ao PRCT está relacionada ao recolhimento de ICMS relativo às operações de transferências de energia recebida de consórcio, onde existia entendimento divergente da autoridade tributária em relação ao momento do recolhimento. O montante de R\$29.951, líquido da redução de 95% nos juros e multas, foi liquidado à vista em 31 de outubro de 2017 e os seus efeitos foram reconhecidos no resultado no grupo de tributos sobre a receita.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal(a)	383.148	379.050	364.628	374.263
Participação dos Empregados no Resultado	984	855	984	855
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	(58.551)	77.034	(58.551)	77.034
Materiais	13.865	13.174	11.993	12.537
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	10.371	40	10.371	40
Serviços de Terceiros (b)	142.763	140.550	126.269	133.666
Depreciação e Amortização	158.226	182.785	158.150	182.785
Provisões (c)	149.604	97.765	149.588	97.765
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	350.191	317.994	314.899	296.951
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	4.169.830	3.052.167	4.109.536	3.052.165
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	24.827	53.824	24.827	53.824
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	126.373	77.767	122.090	77.552
	5.471.631	4.393.005	5.334.784	4.359.437

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 31 de dezembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$49.483, correspondente a adesão, até a data mencionada, de 249 empregados.

Em 2016, foram apropriados R\$23.325 como despesa relativa ao PDVP vigente à época.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comunicação	3.261	5.003	3.167	4.983
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	21.605	17.078	17.060	16.146
Conservação e Limpeza de Prédios	28.964	28.530	23.675	25.534
Mão de Obra Contratada	4.325	3.914	4.325	3.914
Fretes e Passagens	2.622	2.313	2.613	2.313
Hospedagem e Alimentação	3.266	3.021	3.137	3.016
Vigilância	12.110	14.004	10.441	12.995
Consultoria	6.138	4.441	5.995	4.378
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	772	686	753	676
Tecnologia da Informação	14.516	9.196	13.028	9.196
Manutenção e Conservação de Veículos	216	3.180	199	3.028
Energia Elétrica	4.364	4.854	4.020	4.660
Meio Ambiente	9.108	14.680	8.144	13.588
Limpeza de Faixas	2.377	1.498	2.323	1.491
Serviços de Reprografia	1.315	1.101	1.265	1.098
Serviços advocatícios e Custas Processuais	5.098	4.615	5.088	4.615
Outros	22.706	22.436	21.036	22.035
	142.763	140.550	126.269	133.666

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (reversão)	17.514	(135)	17.514	(135)
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	8.208	6.613	8.208	6.613
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	17.965	15.246	17.949	15.246
Cíveis	(100)	222	(100)	222
Tributárias	1.901	1.987	1.901	1.987
Regulatórias	2.735	(2.347)	2.735	(2.347)
Outras	(14.039)	27.620	(14.039)	27.620
	<u>8.462</u>	<u>42.728</u>	<u>8.446</u>	<u>42.728</u>
Varição de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 14)	115.420	48.559	115.420	48.559
	<u>149.604</u>	<u>97.765</u>	<u>149.588</u>	<u>97.765</u>

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	26.773	68.980	15.597	68.978
Energia adquirida no Ambiente Livre	4.458.436	3.279.164	4.458.436	3.279.164
Contratos Bilaterais	53.875	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(369.254)	(295.977)	(364.497)	(295.977)
	<u>4.169.830</u>	<u>3.052.167</u>	<u>4.109.536</u>	<u>3.052.165</u>

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	801	1.014	801	1.014
Materiais	15.008	24.832	15.008	24.832
Serviços de Terceiros	9.152	26.137	9.152	26.137
Outros (recuperação de despesa)	(134)	1.841	(134)	1.841
	<u>24.827</u>	<u>53.824</u>	<u>24.827</u>	<u>53.824</u>

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Arrendamentos e Aluguéis	20.445	28.440	19.827	28.427
Propaganda e Publicidade	4.099	1.019	4.099	1.019
Subvenções e Doações	6.382	1.988	3.580	1.988
Despesa Concessão Onerosa	3.087	2.889	3.087	2.889
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.803	1.689	1.562	1.652
Anuidade CCEE	4.068	3.924	4.068	3.924
Seguros	3.414	3.357	3.413	3.357
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	43.130	446	43.130	446
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.817	5.665	5.817	5.665
Outros	34.128	28.350	33.507	28.185
	<u>126.373</u>	<u>77.767</u>	<u>122.090</u>	<u>77.552</u>

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	62.343	80.997	39.133	71.019
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	11.250	11.650	8.876	11.449
Variação Monetária	10.999	36.968	10.999	36.968
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	82.840	10.883	82.840	10.883
Rendas de Antecipação de Pagamento	39.810	37.010	38.624	37.010
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(10.153)	(9.457)	(9.296)	(9.457)
Variações Cambiais	-	2.396	-	2.396
Outras	19.446	11.071	19.432	11.070
	216.535	181.518	190.608	171.338
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(913.683)	(1.128.329)	(913.683)	(1.128.329)
Amortização do custo de transação	(28.684)	(44.709)	(28.684)	(44.709)
Variação Monetária – Forluz	(14.797)	(23.218)	(14.797)	(23.218)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(37.345)	(75.850)	(37.345)	(75.850)
Variações Monetárias	(12.260)	(17.575)	(12.058)	(17.545)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos	(56.638)	-	(56.638)	-
Ajuste a Valor Presente	(2.320)	(107)	(2.320)	(107)
Variações Monetárias - Adiantamento de Clientes	(44.513)	-	(44.513)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(9.562)	-	(9.562)
Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(32.462)	-	(32.462)	-
Outras	(21.419)	(24.820)	(21.268)	(24.817)
	(1.164.121)	(1.324.170)	(1.163.768)	(1.324.137)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(947.586)	(1.142.652)	(973.160)	(1.152.799)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	2.768	-	-	-	(1.578)	(1.736)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	564.230	605.000	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	40.162	-	27.130	7.790	(525.109)	(420.828)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	49.048	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	5.084	86.941	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(77.282)	(64.613)
Prestação de Serviço (4)	1.657	3.673	-	-	12.648	13.184	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	72.315	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	-	-	9.258	1.606	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (4)	211	398	-	-	864	942	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(19.357)	(18.551)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	1.059	-	-	-	-	(975)	(1.933)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.146	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.228	-	-	(15.305)	(16.002)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	584	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (5)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.744	-	-	-	(178.691)	(159.368)
Não Circulante								
Contas a receber (6)	350.200	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	-	229.053	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	725	1.291	-	-	(9.025)	(11.062)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	46	70	-	-	(535)	(554)
Prestação de Serviço (5)	90	301	-	-	1.272	1.205	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	1.128	464	404	406	54.350	58.863	(529)	(59)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.605	5.215	-	-	(39.593)	(45.201)
Prestação de Serviço (4)	404	482	-	-	1.273	793	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	5.132	6.196	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	22.212	17.137	3.263	3.124	210.263	151.109	(41.670)	(39.822)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	621	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	492.982	260.908	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	168.754	350.220	-	-	3.752	55.823	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(12.405)	(20.781)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	14.660	19.358	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	-	(6.321)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	24.632	19.497	-	-	(37.236)	(43.889)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(5.817)	(5.665)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	1.391	3.129	-	-	(16.380)	(10.804)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	411.270	337.602	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	25.822	23.024	-	-	(40.522)	(39.239)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	338.673	341.471	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em 2017, a Companhia antecipou R\$51.874 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia. Para efeito de quitação serão utilizadas faturas de suprimento de energia a serem emitidas, em 12 parcelas, pela Santo Antônio Energia, a partir de 2018;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo. (vide Nota Explicativa nº 14);
- (6) A Companhia possui contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$272 milhões distribuídos da seguinte forma: (i) R\$60 milhões a serem liquidados através de um pagamento inicial de R\$6 milhões em janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018 e atualização pela variação de 150% do CDI; (ii) R\$94 milhões a serem liquidados em 12 parcelas mensais sucessivas ao longo de 2020 e atualização de 155% do CDI; (iii) R\$118 milhões a serem liquidados em 12 parcelas mensais sucessivas ao longo de 2021 e atualização de 155% do CDI. Em referência ao montante de R\$60 milhões, o pagamento inicial e as duas primeiras parcelas foram postergadas para abril de 2018;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 21);
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (11) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia e suas controladas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com

prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2017			2016		
				Cemig GT 26,85%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 35,17%	Cemig GT 20,86%	Demais controladas 12,03% (1)	Total (consolidado) 32,92%
ETAU	Debêntures Nota	108,00% do CDI	01/12/2019	2.706	838	3.544	2.110	1.217	3.327
LIGHT	Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	5.375	1.666	7.041	-	-	-
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	-	-	1.194	688	1.882
				8.081	2.504	10.585	3.304	1.905	5.209

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	2017	2016
Remuneração	4.015	3.739
Participação nos Resultados	105	(215)
Benefícios Assistenciais	342	353
	4.462	3.877

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e suas controladas se referem a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Adiantamento de Clientes, Ativo Financeiro da Concessão, valores a receber de partes relacionadas, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, Fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, Opções de Venda e Swaps, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da Companhia de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da Concessão e valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado:
 1. Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R\$514.331 (R\$408.813 em 31 de dezembro de 2016). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
 2. *Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)* – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

3. *Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)* - passivo financeiro referente a opção de venda: a opção de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foi mensurada pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, a opção era calculada utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$21.291 em 31 de dezembro de 2017 e R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$21.262 em 31 de dezembro de 2017 e R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2.
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, Fornecedores e Adiantamento de Clientes. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 148,10% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,20% a 8,07%, CDI + 1,60% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos, o valor justo é conceitualmente similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros. O mesmo ocorre em 31 de dezembro de 2016, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil foi de R\$8.663.671 e o valor justo foi de R\$8.301.021, sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

a) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$311.593 (R\$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	48.559	48.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Variação do valor justo	120.754	120.754
Reversões	(5.334)	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593	311.593

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais

variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,05% a 10,05% ao ano e volatilidade entre 23% e 83% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$276.199 e R\$376.787, respectivamente.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$32.462, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 2017	Valor justo 2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	De 12/2017 Até 12/2024	Balcão	US\$1.000.000	50.792	(32.462)

1) Para o valor do principal, a operação de Swap tem piso em R\$3,25 e teto em R\$5,00.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual.

A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	398.639	424.965	364.092	358.441
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	535.622	437.084	408.925	282.153
Contas a Receber – Renova (nota 27)	350.200	74.630	350.200	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	103.998	230.112	71.975	230.112
Fundos Vinculados	18.344	891	18.326	887
	1.406.803	1.167.682	1.213.518	946.223
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 19)	(3.745.699)	(7.313.557)	(3.748.634)	(7.323.471)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 19)	(2.359)	(78.893)	(2.359)	(78.893)
Adiantamento de Clientes CDI (nota 8)	(147.066)	-	(147.066)	-
	(3.895.124)	(7.392.450)	(3.898.059)	(7.402.364)
Passivo Líquido Exposto	(2.488.321)	(6.224.768)	(2.684.541)	(6.456.141)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,75%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros nacionais Consolidado	31/12/2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,75% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 8,44% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 10,13% TJLP 10,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	398.639	425.547	432.284	439.021
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	535.622	571.776	580.828	589.881
Contas a Receber – Renova – CDI (nota 27)	350.200	373.839	379.757	385.675
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	103.998	111.018	112.775	114.533
Fundos Vinculados	18.344	19.582	19.892	20.202
	1.406.803	1.501.762	1.525.536	1.549.312
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 19)	(3.745.699)	(3.998.534)	(4.061.836)	(4.125.138)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 19)	(2.359)	(2.518)	(2.558)	(2.598)
Adiantamento de Clientes (nota 8)	(147.066)	(156.993)	(159.478)	(161.964)
	(3.895.124)	(4.158.045)	(4.223.872)	(4.289.700)
Passivo Líquido Exposto	(2.488.321)	(2.656.283)	(2.698.336)	(2.740.388)
Efeito Líq.da Variação das Taxas de Juros		(167.962)	(210.015)	(252.067)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2017 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.337.135	2.253.765	-	-
Geração – indenização a receber – IPCA (nota 13)	1.900.757	546.624	1.900.757	546.624
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 13)	1.928.038	1.805.230	1.928.038	1.805.230
	6.165.930	4.605.619	3.828.795	2.351.854
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(1.343.545)	(1.308.239)	(1.343.545)	(1.308.239)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(163.049)	(178.099)	(163.049)	(178.099)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(64.109)	-	(64.109)	-
	(1.570.703)	(1.486.338)	(1.570.703)	(1.486.338)
Ativo Líquido	4.595.227	3.119.281	2.258.092	865.516

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa IPCA será de 4,28%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	31 de dezembro 2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,28%	Cenário Possível IPCA 5,35%	Cenário Remoto IPCA 6,42%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.337.135	2.437.164	2.462.172	2.487.179
Geração – indenização a receber – IPCA (nota 13)	1.900.757	1.982.109	2.002.447	2.022.786
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 13)	1.928.038	2.010.558	2.031.188	2.051.818
	6.165.930	6.429.831	6.495.807	6.561.783
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 19)	(1.343.545)	(1.401.049)	(1.415.425)	(1.429.801)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(163.049)	(170.027)	(171.772)	(173.517)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(64.109)	(66.853)	(67.539)	(68.225)
	(1.570.703)	(1.637.929)	(1.654.736)	(1.671.543)
Ativo Líquido	4.595.227	4.791.902	4.841.071	4.890.240
Efeito Líquido da Variação da inflação		196.675	245.844	295.013

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	1.007.785	3.333.149	-	-
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	1.105	4.383	2.157	7.416
Passivo Líquido Exposto	1.008.890	3.337.532	2.157	7.416

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2018 será uma valorização de 3,12% para o dólar (R\$3,4106) e uma redução de 1,13% para o Euro (R\$3,9222). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/12/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário Dólar 3,41 Euro 3,92	Cenário Dólar 4,26 Euro 4,90	Cenário Dólar 5,12 Euro 5,88
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	3.333.149	3.437.152	4.296.491	5.155.729
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	4.383	4.333	5.417	6.500
Passivo Líquido Exposto	3.337.532	3.441.485	4.301.908	5.162.229
Efeito Líquido da Variação Cambial		103.953	964.376	1.824.697

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Na data base destas Demonstrações Financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos ou pelo refinanciamento das atuais obrigações. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros: - Pós-fixadas						
Fornecedores	462.752	9.291	-	-	-	472.043
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17.930	396.647	1.992.092	5.731.139	5.123.779	13.261.587
Concessões a pagar	249	491	2.106	9.564	15.017	27.427
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.528	5.080	23.177	137.289	58.710	226.784
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	573	1.152	5.277	31.248	90.429	128.679
	484.032	412.661	2.022.652	5.909.240	5.287.935	14.116.520

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$21.623.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

c) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total do Passivo	11.916.796	11.901.050	11.784.433	11.890.751
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6)	(403.339)	(427.827)	(366.169)	(361.252)
Passivo Líquido	11.513.457	11.473.223	11.418.264	11.529.499
Total do Patrimônio Líquido	4.793.832	4.583.194	4.793.832	4.583.194
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,40	2,50	2,38	2,52

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para negociação				
Certificados de Depósitos Bancários	1.214	-	1.214	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	142.881	-	142.881	-
Letras Financeiras do Tesouro	364.561	364.561	-	-
Debêntures	5.675	-	5.675	-
	<u>514.331</u>	<u>364.561</u>	<u>149.770</u>	<u>-</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	8.649	-	-	8.649
	<u>522.980</u>	<u>364.561</u>	<u>149.770</u>	<u>8.649</u>
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(41.111)	-	-	(41.111)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	(311.593)	-	-	(311.593)
	<u>170.276</u>	<u>364.561</u>	<u>149.770</u>	<u>(344.055)</u>

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para negociação				
Certificados de Depósitos Bancários	927	-	927	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	109.080	-	109.080	-
Letras Financeiras do Tesouro	278.319	278.319	-	-
Debêntures	4.333	-	4.333	-
	<u>392.659</u>	<u>278.319</u>	<u>114.340</u>	<u>-</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	8.649	-	-	8.649
	<u>401.308</u>	<u>278.319</u>	<u>114.340</u>	<u>8.649</u>
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(41.111)	-	-	(41.111)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	(311.593)	-	-	(311.593)
	<u>48.604</u>	<u>278.319</u>	<u>114.340</u>	<u>(344.055)</u>

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia refrem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28 destas Demonstrações Financeiras.

30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2017 a 28/04/2018	US\$4.675	US\$58
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2017 a 01/10/2018	R\$14.931	R\$21
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2018 a 07/01/2019	R\$454.828	R\$98
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2018 a 07/01/2019	R\$11.514	R\$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2017 a 06/12/2018	R\$1.333.711	R\$ 1.790

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.661 mil

A Cemig GT, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem compra de energia e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em Diante	Total
Compra de Energia	3.532.425	2.734.524	2.757.608	2.993.556	3.030.128	22.750.388	37.798.629
Arrendamentos Operacionais	20.679	13.411	9.407	9.910	10.512	11.163	75.082
	3.553.104	2.747.935	2.767.015	3.003.466	3.040.640	22.761.551	37.873.711

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 terá o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica

No primeiro trimestre de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à Renova R\$46.550, relativo às faturas de energia com vencimento entre abril e agosto de 2018. Essas antecipações foram descontadas a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em função do processo de venda dos ativos de geração por parte da Renova, as partes estão em processo de renegociação da forma de pagamento da antecipação realizada pela Cemig GT.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão
de Alvarenga**
Diretor Vice-Presidente,
interina e cumulativamente

**Maurício Fernandes
Leonardo Júnior**
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de
Desenvolvimento de
Negócios

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais
e Comunicação

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação
específica

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

**Maura Galuppo Botelho
Martins**
Diretora de Relações e
Recursos Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimentos direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de

investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação (“TI”)

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação

tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado na nota 24 às demonstrações financeiras, uma parcela das receitas reconhecidas pela Companhia e suas controladas em 2017, no montante de R\$ 7.135.743 mil, decorre do fornecimento de energia elétrica. Parte das receitas de fornecimento de energia reconhecidas pela Companhia e suas controladas referem-se a serviços prestados e não faturados aos clientes (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base medições que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber consolidados relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$ 104.243 mil e R\$ 574.372 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 8 às demonstrações financeiras.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados contratuais, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos clientes, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iii) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos

de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura e ativo financeiro da concessão

Conforme divulgado na nota 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado ativo financeiro da concessão de transmissão e geração nos montantes de R\$ 2.475.838 mil e R\$ 4.237.892 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

No caso da transmissão, a infraestrutura da concessão será recuperada através dos valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (“RAP”) durante o prazo da concessão e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

No caso da geração, o ativo financeiro da concessão representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão de transmissão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da RAP, nos termos e prazos do Contrato de Concessão. Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão de transmissão no montante de R\$ 24.827 mil.

Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão de geração também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizado ao final do prazo de concessão, e conseqüentemente será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias, tendo identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da atualização do ativo financeiro da concessão de transmissão, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 904.531 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 21 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável dos investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

De acordo com o CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, equivalente ao IAS 28, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, equivalente ao IAS 39, para determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia na investida. Em 2017, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam não existir indicativos de desvalorização dos seus investimentos e, conseqüentemente, não reconheceram qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.723.336 mil, divulgados na nota 14 às demonstrações financeiras e à existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como histórico de recebimento de dividendos e variação do valor de suas ações cotadas em bolsa (quando aplicável); (ii) análise da correta aplicação do CPC 38 pelas próprias investidas e controladas em conjunto, através do exame da análise de indicativos e do cálculo do valor recuperável dos seus ativos, quando aplicável; (iii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de indicativos de *impairment* e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente assim como sobre a incerteza da renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 806ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente,
Diretor Vice-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor sem denominação específica, interinamente; e,
temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico
Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 806ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor sem denominação específica, interinamente; e, temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico
Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.